

ASSIGNATURA
EXTERIOR
12 numeros 12\$000
BRASIL
12 numeros 10\$000
N.º avulso — 1\$000
N.º atrasado 1\$500

Redactor-Secretario
Arthur Gaspar Vianna

A Ordem

(ORGÃO DO CENTRO D. VITAL)

DIRECTOR — JACKSON DE FIGUEIREDO

Toda a correspondência deve ser dirigida para a

R. Rodrigo Silva, 7
RIO DE JANEIRO

Gerente
Luiz A. Ramos

A questão de sempre é saber se o homem deve nascer, viver, unir-se, morrer, receber, transmittir e deixar a vida como uma creatura de Deus, a Deus destinada, ou como uma larva aperfeiçoada, unicamente originaria das fermentações do lodo da terra.

L. VEUILLOT.

SUMMARIO

| | |
|---|-----|
| Um artigo para «A Ordem» | 129 |
| Príncipe do Grão Pará | 132 |
| Nossa Situação | 133 |
| Epitacio Pessoa | 133 |
| Padre Leonel Franca | 133 |
| Primeira Peregrinação Brasileira do Anno Santo | 134 |
| Francisco Bernardino R. Silva | 135 |
| Caipiras (conto) — Arthur Gaspar Vianna | 136 |
| Mario de Paula Freitas | 138 |
| A Victoria do Verbo — Durval de Moraes | 139 |
| A Virgem da Gloria — Durval de Moraes | 141 |
| Pelas estradas da Vida — Francisco Karam | 141 |
| Profissão de Fé — Francisco Karam | 142 |
| Credo — Cleómenes Campos | 143 |
| Poesia de Nossa Senhora — Diversos | 144 |
| O espirito da Igreja no espirito das Leis — Abdias Silva | 148 |
| Da interpretação philosophica na evolução dos factos historicos | 149 |
| Bibliographia | 155 |
| Uma benemerita associação | 158 |
| Os nossos livros | 158 |
| Ainda as emendas religiosas | 164 |
| Expediente do Centro D. Vital | 167 |
| O Sr. Paulo Prado ensaista — A. G. V. | 168 |
| Um artigo do sr. Luiz Delgado | 170 |



TYPOGRAPHIA
DO ANUARIO DO BRASIL
RIO DE JANEIRO

Aos amigos da "A Ordem"

O presente numero correspondente como se vê aos de Agosto, Setembro e Outubro, a estes realmente corresponde, tanto do ponto de vista material como do ponto de vista moral. Materialmente elle representa trez numeros d'A *Ordem*. Moralmente, elle é o resultado de grande esforço e de grandes sacrificios, que não encontraram éco na consciencia dos muitos individuos que a receberam durante todo este anno e não se lembraram jamais de que uma revista como esta, vive exclusivamente dos seus assignantes.

* * *

Prevenimos aos nossos amigos e assignantes que «A Ordem», no seu novo anno (5.^a serie), passará a sair trimestralmente, constituindo, porém, cada volume, com perto de 100 paginas, um verdadeiro livro de leitura variada, e um balanço, o mais completo possivel, da vida catholica entre nós. Para que o nosso programma seja cumprido como promettemos, as secções da «A Ordem serão entregues a redactores especiaes, sendo justo esperar dessa divisão de trabalho grandes beneficios para a nossa publicação e, consequentemente, para os seus assignantes.

O preço da assignatura, no entanto, será mantido (10\$000 por anno), passando cada numero avulso a custar 3\$000.

Esperamos que os nossos amigos e assignantes façam justiça a esse novo esforço que fazemos, para manter a nossa revista, que, sem favor nenhum, possui hoje um lugar e um nome feito nos circulos intellectuaes do paiz. Esperamos ainda que fazendo justiça a esse esforço, OS NOSSOS AMIGOS CONTINUEM A NOS AJUDAR REFORMANDO AS SUAS ASSIGNATURAS DA «A ORDEM», E INTERESSANDO-SE PARA QUE NOVOS ASSIGNANTES VENHAM NOS TRAZER O SEU AUXILIO.

Este numero é pois o ultimo da 4.^a serie. É PORTANTO DE CONVENIENCIA, QUE AS REFORMAS DE ASSIGNATURAS E OS PEDIDOS DE NOVAS, CHEGUEM SI POSSIVEL, ANTES DA DISTRIBUIÇÃO DO PRIMEIRO NUMERO DA 5.^a SÉRIE, O QUE SO SE FARÁ EM JANEIRO DE 1926.

ASSIGNATURA
EXTERIOR
12 numeros 12\$000
BRASIL
12 numeros 10\$000
N.º avulso — 1\$000
N.º atrasado 1\$500

Redactor-Secretario
Arthur Gaspar Vianna

A Ordem

(ORGÃO DO CENTRO D. VITAL)

DIRECTOR — JACKSON DE FIGUEIREDO

Toda a correspondência deve ser dirigida para a

R. Rodrigo Silva,-7
RIO DE JANEIRO

Gerente
Luiz A. Ramos

UM ARTIGO PARA “A ORDEM,”

Com o titulo acima, escreveu o nosso director dr. Jackson de Figueiredo, na «Gazeta de Noticias» de 23 de Setembro deste anno, o seguinte artigo que interpreta o pensamento dos membros do *Centro D. Vital*, sobre a reforma constitucional que, na parte que mais nos interessava, era, então, debatida:

«No momento em que escrevemos estas linhas, ainda estão de pé as esperanças catholicas em face da encaminhada revisão constitucional.

Não nos surprehenderá, porém, que o numero da «Ordem» em que taes linhas apparecerão impressas, já encontre por terra aquellas esperanças e com ellas as ultimas illusões do condemnavel liberalismo que tanto mal tem feito á nossa Igreja, liberalismo que ha trinta annos vive a confundir o favor com que nos deixam viver com suppostas victorias da nossa fé.

A realidade é que, o que pensa o maçonismo disfarçado da nossa politicagem, é que se o Governo não se interessar directamente pelas chamadas emendas religiosas, estas emendas cahirão, sem que nós catholicos sejamos capazes nem mesmo de um protesto á altura da affronta á liberdade da nossa consciencia, num paiz em que somos maioria absoluta. E eu proprio não o negarei: se taes emendas cahirem, cahirão porque a verdade é esta: ainda neste ponto, em manifesta inferioridade em relação ao Carnaval, os catholicos brasileiros só sabem organizar festas, festins, festejos, e nada mais.

Tem sido em vão o clamor de alguns dos nossos Bispos, e a palavra ardente de um D. Sebastião Leme, por exemplo, ainda não provocou mais do que applausos de consciencia: actos, correspondentes a esses applausos, esses, ninguém ainda os viu.

De modo que continuamos a ser a «maioria que não actua, a maioria que, do ponto de vista politico, é como se não existisse», a maioria, emfim, que ainda em 1918 merecia do então Arcebispo de Olinda a rude admoestação que todos os catholicos sinceros têm de cór.

Mas, se assim é, não devemos esmorecer,

nós, os catholicos, que, em infima minoria, já-mais nos illudimos nem cantamos lóas aos salameques desta Republica de «parvenus» áquella Igreja que é de facto, queiram ou não queiram, guarda fiel da tradição e da ordem nacional. Pelo contrario: deve ser de jubilo a nossa attitude nesse momento, queremos dizer, no momento em que venha a positivar-se a derrota que prevemos.

Fruto verde não é fruto que alimente. É preciso deixal-o amadurecer ao sol da luta. Nós precisamos de luta, nós precisamos lutar, nós, os catholicos brasileiros. Somos os donos, os legitimos possuidores do paiz. É preciso que saibamos demonstrar que ao nosso direito de propriedade, corresponde a força com que asseguraremos a posse plena do que é nosso.

Que é que «pedimos» agora? Dois «favorezinhos» theoreticos, duas migalhas de assentimento a verdades mais claras do que o sol, e tão positivas como a propria existencia do Brazil.

Pois se nos negam taes «favores», aprendamos a querer, a saber impôr a nossa vontade, maximé quando as forças que se nos contrapõem são ridiculas pelo numero e mais do que ridiculas pela qualidade, pelos valores moraes que representam.

Até agora o catholicismo brasileiro tem vivido a lamber os beiços, a esfregar as mãos de contentes, todas as vezes que um coripeu da nossa anarchia espiritual ou mesmo qualquer mediocrissima figura dessa mesma anarchia, diz uma palavra ou faz o mais vago gesto de respeito á Igreja. A já de si mesquinha e ridicula imprensa catholica do paiz, que não conta um só diario de vulto, esta, coitada, não tem então mãos a medir. Está salva a Igreja, está salvo o Brazil, porque o Sr. Coelho Netto, ou o Sr. Neto de Coelho disse que «devem ser respeitadas as crenças tradicionaes dos brasileiros», ou que «esta é a terra em que brilha o Cruzeiro do Sul», ou fez outra qualquer inocua affirmação desta natureza.

É a isto que estamos reduzidos. Peior ainda: não pôde existir em parte alguma do mundo confusão mais vergonhosa, mais deprimente do que a em que vive, no Brazil, a Egreja Catholica, com tudo quanto ha de mais anarchico e pernicioso, desde que não traga rotulo já conhecido de seita militante. Não é raro ver-se em jornaes catholicos, já não diremos o elogio ou a transcripção de artigos, em essencia, anti-catholicos; já não diremos o elogio de personalidades positivamente inimigas da Egreja, mas até a collaboração constante e directa de individuos que, ou por má fé ou por ignorancia, attentam de todos os modos contra a doutrina catholica.

De um semelhante estado de coisas, não se pôde esperar victorias duradouras para uma Egreja que representa a Verdade Integral e que é a inimiga de todas as paixões, de todos os vicios, de todos os erros humanos.

É preferivel que a luta se trave seriamente, e só depois della, depois de desfeita tanta confusão, ver-se-á quem de facto tem o direito de impôr leis ao Brazil, porque seja realmente o Brazil, porque seja realmente o povo brasileiro.

Tambem um outro aspecto da questão actual é, a nosso vêr, eminentemente consolador; e é aquella que diz respeito ao interesse ou desinteresse do Governo pelas emendas religiosas.

Si o que vier a verificar-se fôr o desinteresse, que já se vai murmurando como palavra de ordem, ficará bem claro o seguinte:

1.º — que a Egreja, tal como sempre dissemos, jámpais merecerá apoio sincero de governo a quem ella não dê apoio directo, visto, reconhecido, exposto a todos os riscos e perigos proprios da *vida politica*;

2.º — que a Egreja, tal como sempre dissemos, jámais se sentiu perfeitamente alliada a instituições de character democratico, republicano, o que, no fundo, significa, a tentativas de organização revolucionaria, anti-christã, e essencialmente paganizantes;

3.º — que a Republica no Brazil ainda é um instrumento de desnacionalização, ainda é uma inimiga do paiz, uma simples fórma de imperialismo judaico;

4.º — que um homem de character e de boa vontade, ou dez homens de character e de boa vontade, pouco ou nada alteram a marcha dos acontecimentos, quando as instituições de si mesmas tendem para o mal, para a divisão, para a anarchia. E é isto que testemunham não só o actual governo como o seu immediato antecessor;

5.º — que, quando as coisas chegam a esse gráo de clareza, quando o mal se patenteia de modo tão claro, tão nitido, tão insofismavel, soou, de facto, a hora da esperança ou a hora do aniquilamento.

Jesus Christo, como lembrou certa vez D. Macedo Costa ao Sr. Dom Pedro II, Jesus Christo promette que a Egreja não será destruida no mundo, mas não que ella não possa ser aniquilada neste ou naquelle paiz. Mas o aniquilamento da Egreja no Brazil equivaleria ao desaparecimento mesmo, á destruição da nação brasileira.

Ora, isto evidentemente não está para realizar-se. Logo, o que está a soar é a hora da luta, sempre benefica para o soldado de Christo, o que está a soar é a hora da esperança.

O que jámais poderei crêr, porém, antes de vêr transformado em facto, é nesse boquejado desinteresse do governo pelas unicas emendas que, na revisão, reflectem não só o senso doutrinario deste mesmo governo, como o seu desejo, tantas vezes manifestado em gestos e palavras, de attender ás necessidades moraes do povo brasileiro.

Deve haver por ahi algum mysterio maçónico, neste murmurio de covardes insinuações.

Não será um homem como o Sr. Arthur Bernardes quem dê a anarchizantes de toda especie, e maximé aos que em tudo vêem motivo de combate ao seu governo, o gosto de deixar-se surprehender em flagrante contradição com as mais elevadas afirmações da sua vida, da sua actividade espirital como homem de Estado.

Tudo é possivel, em materia de confusão, no Brazil contemporaneo. Mas esta com que nos humilham e ameaçam, é das que ainda podem ser postas em duvida».

* * *

Tal como ahi ficava previsto pelo nosso Director, cahiram as emendas...

Fica de pé, porém, a lição, e cremos que o lucro moral não é pequeno para nós.

Saibamos todos nós, os catholicos, que o são de verdade, empregal-o, esse lucro, de modo a que ainda venha a se transformar em fortuna immensa de fé, de coragem, de integral confiança na causa da verdade. Saibamos nós, os catholicos, cerrar fileiras em derredor dos nossos Chefes, dos nossos Bispos, e veremos, dentro em pouco, que, se é a lucta o que pedem os nossos inimigos, ella não será em prejuizo nosso. A Igreja Catholica é a mãe carinhosa de todos os povos; é um seio aberto a todos os que necessitam de calor, de perdão, de consolação e de socego. A doutrina catholica é, porém, em face do erro militante ou dos apparentes triumphos da mentira, uma doutrina essencialmente combativa, o que se pôde chamar um corpo, uma legião de verdades de fogo, exterminadoras como alguns anjos do céu.

NOSSA SITUAÇÃO

Nossa situação está definida nestas palavras de Leão XIII, na Enc. de 10 de Janeiro de 1890:

«Reclar diante do inimigo, ou calar-se quando de toda a parte se ergue tanto alarido contra a verdade, é *proprio de homem covarde ou de quem vacilla no fundamento de sua crença*. Qualquer destas coisas é vergonhosa em si; é injuriosa a Deus; é incompatível com a salvação, tanto dos individuos como da sociedade, e só é vantajosa aos inimigos da fé, porque

NADA ANIMA TANTO A AUDACIA DOS
MAUS, COMO A PUSILANIMIDADE DOS
BONS.

EPITACIO PESSOA

No dia 2 de Outubro chegou a esta Capital, de volta da Europa, onde, durante cinco mezes, o prenderam os trabalhos da Côte Internacional de Justiça, o ex-Presidente Epitacio Pessoa, escolhido ultimamente por aquelle alto tribunal para relator da questão da Alta Silesia.

É preciso não esquecer nunca que foi durante o seu governo que, pela primeira vez, no Brazil, se agitaram todas as energias patrióticas, no sentido de uma perfeita definição da vida propriamente nacional. Por isso, governo nenhum tambem feriu tão fundamentalmente e agitou de tal modo, todos os interesses do polvo judaico, judaisante, metéico e metequisante, do capitalismo de duas ou mais patrias estabelecido entre nós.

Teve, pois, Epitacio Pessoa — e ainda o seguem nos calcanhares como cães damnados — os peiores, os mais mesquinhos e os mais perversos inimigos, que tem tido um homem publico brasileiro. Em compensação, tudo quanto queira representar ou represente, de facto, uma parcella do bom senso e do caracter nacional, ha de applaudil-o sempre, de seguil-o sempre, e, nesta jornada, para honra do Brazil, revidando sem piedade os que, sem piedade, atacam o grande brasileiro, que realmente personifica a honra e a intelligencia do paiz.

Eis porque *A Ordem* não perde occasião de homenageal-o, e ainda agora o faz, certa de que um órgão integral e absolutamente catholico tem o dever de defender e louvar tudo quanto represente o brio e a cultura desta grande patria christã.

o o o

Pe. LEONEL FRANCA

Após uma longa estadia na Europa, está no Rio de Janeiro o Pe. Leonel Franca, a quem o Centro D. Vital, representado pela sua directoria, já foi levar os testemunhos da mais viva admiração e do mais commovido respeito.

Commovido respeito e não sómente viva a admiração que lhe dedicamos. Ha nella, na sua vivacidade, algo de insopitavel orgulho, de cioso carinho, porque não cremos que em par-

te alguma tivesse sido mais franca, mais radical mais segura de si mesma, do que entre nós do Centro D. Vital, a manifestação de quase asombro com que recebemos, e devia realmente ser recebida, a apparição deste altissimo espirito no scenario da vida intellectual brasileira.

O Pe. Leonel Franca, um moço ainda, é realmente uma das raras legitimas glorias intellectuales do Brazil contemporaneo, e até se pôde dizer, sem medo de errar, que não contamos, na historia das nossas letras, com figura alguma em que resaltem, tão nitidamente, a par de tão admiravel intelligencia, conquistas tão largas de saber, de verdadeira cultura.

A elle deve o Brazil o unico balanço, se bem que só nas suas linhas geraes, das idéas philosophicas que têm influido na formação da nossa alma collectiva; a elle devemos a unica obra de largo folego, em que já se haja feito a analyse da estrutura espiritual do Brazil, dentro da civilização christã.

Se a mocidade intellectual do paiz aspira, de facto, reintegrar a sociedade brasileira no sentido real da brazilidade, é em derredor deste Mestre que ella deve formar, é na sua lição de serenidade, de confiança, de elegancia espiritual, que ella deve dessedentar-se e avigorar-se para a lucta.

Queiram ou não queiram, os inimigos da fé catholica, assim como os pedantes e os mediocres, que julgam represental-a, a verdade é que, escrevendo o idioma portuguez, o Brazil e o Portugal do seculo XX só possuem duas personalidades capazes de hobrear com os mais altos representantes da cultura europea, no que ella tem de mais pura e legítimamente christão: o Pe. Leonel Franca e Antonio Sardinha.

O orgulho com que nós, da ORDEM e do CENTRO D. VITAL saudamos o Pe. Leonel Franca só pôde ser bem comprehendido, por quem saiba avaliar da amargura com que vemos a desordem, a mediocridade, o diletantismo campearem, de triumpho em triumpho, na vida nacional.

Uma luz tão intensa, e tão clara, e tão serena, assim, a irradiar na barra de um horizonte tão enevoado, tão revoltado como é o nosso, neste momento, não pôde deixar de ser uma prova a mais do amor de Jesus Christo á terra brasileira.

1.ª PEREGRINAÇÃO BRASILEIRA DO ANNO SANTO

(Trecho de uma conferencia de Perillo Gomes realizada este anno, na séde das «Noelistas», no Rio, por occasião da festa commemorativa da sua fundação).

A respeito da nossa Peregrinação, minhas Senhoras e meus Senhores, de uma cousa, pelo menos, estou seguro: é de que ninguem se arrependeu da jornada feita para levar o protesto da nossa fé aos pés do Summo Pontifice, do Chefe visível da Santa Egreja, do Vigario de Nosso Senhor Jesus Christo aqui na terra. Era preciso não ser brasileiro, era preciso não ser Catholico, para, ao termo da viagem que empreendemos, não confessar que ella representa um dos maiores acontecimentos da vida de todos nós, uma graça excepcional de Deus, seja qual fôr a nossa situação de fortuna, seja qual fôr a nossa condição social, sejam quaes forem os nossos cabedaes de intelligencia e illustração.

* * *

Era preciso não ser brasileiro, disse em primeiro lugar.

Effectivamente.

Vamos suppôr, sómente para argumentar, que o Santo Padre ao escrever e lançar ao mundo o seu appello para as romarias do presente Jubileu, não houvesse pensado no Brasil. Supponhamos ainda que não tivesse havido uma peregrinação brasileira.

A nossa terra ausente do pensamento do Chefe da Egreja, no inicio, assim permaneceria até o encerramento do Anno Santo.

Porventura o olvido será desejavel entre os individuos, entre as collectividades, ou entre os povos?

E esta seria a hypothese mais favoravel, porque o certo é que Sua Santidade nos tem muito na lembrança.

E a prova disto está em que, sendo a nossa Peregrinação uma das mais insignificantes em numero, e uma das mais modestas, na contribuição para o obulo de S. Pedro, foi entretanto uma das mais distinguidas pela attenção e pelo carinho do Summo Pontifice.

Dahi se deprehende que si o Brasil se houvesse abtido do movimento das peregrinações, a nossa ausencia seria notada com desolação e magua, pelo Pae commum da christandade.

Pouco importaria que os brasileiros fossem a Roma aos milhares, como muitos têm ido, individualmente, isoladamente.

O Santo Padre não os veria, como não tem visto a estes, e nos julgaria ausentes e incapazes de nos integrar em um grande movimento de solidariedade humana, que é uma das altas virtudes das peregrinações.

Nós, os peregrinos brasileiros, meus senhores, evitamos esse deslustre para o nosso nome e esse desastre para o nosso paiz. Alli fomos por nós e pelo Brasil e tornamos visível ao Chefe da Egreja a nossa patria tão distante.

Quiz Deus que fossemos regiamente compensados do esforço e dos sacrificios que houvessemos feito porventura, com a entusiastica

e commoivda saudação de Pio XI, á nação brasileira, tendo ao seu lado o «auriverde pendão de nossa terra» e aos seus pés os nossos humildes corações agradecidos.

Certamente, foi esta uma hora de exaltação patriótica, para a nossa alma de brasileiros.

Era preciso não ser catholicos, affirmei em segundo lugar.

Senhores, vós sabeis, perfeitamente, o que significa a celebração do Anno Santo. Como a humanidade é fraca e decahida, e a Egreja é mãe desvelada e misericordiosa, além dos numerosissimos recursos que põe ordinariamente ao nosso alcance para ajudar a obra da nossa salvação, ainda nos faculta outros extraordinarios por um excesso de amor e solicitude para commosco.

Entre estes, contam-se as indulgencias, e entre estas as grandes indulgencias do Anno Santo.

Haverá, sem duvida, quem pretenda debater, ainda hoje em dia, a doutrina das indulgencias. Que extranhar, Senhores, si ha tambem quem debata sobre a existencia mesmo das cousas sensiveis, da materia!

Mas não será um catholico que tenha o direito de ferir aquelle ingrato debate, de pôr em duvida os poderes da Egreja, para, em dadas circumstancias, perdoar os nossos peccados e remil-os inteiramente da pena temporal correspondente.

Tanto mais quanto, todas as objecções oppositas á doutrina da indulgencia originam-se, seja da ignorancia da propria doutrina, do seu fundamento dogmatico, do seu sentido social, ou seja do desconhecimento mesmo da psychologia religiosa.

Assim, instruidos como todos nós, peregrinos brasileiros, nos achavamos, quanto ao objecto da nossa viagem, tendo conseguido tamanha graça, nos deviamos julgar immensamente felizes quaesquer que tivessem sido as canceiras e contrariedades soffridas para obtel-a.

Não nos limitemos, porém, a vêr sómente esta face da questão. Ha outros prismas que nos devem interessar, como catholicos, nas celebrações do presente Jubileu, porque nos dão uma sensação ainda mais activa da vitalidade da nossa Fé e das sobrenaturaes virtudes da nossa Egreja; porque são incontestavelmente testemunhos poderosos, de uma impressionante eloquencia do ponto de vista apologetico, em que tomamos parte.

Ouçamos estas palavras do Conego Coubbé, na sua magnifica «Revue des Objections».

«Só a Egreja é capaz de mover assim o mundo moderno. Um paiz pôde muito bem organizar exposições e feiras mundiaes que attrahiam os curiosos e os industriaes em grande numero. Mas, para ter visitantes, deve gastar sommas enormes, mover a materia, misturar ouro e prata, erguer construcções gigantescas destinadas a desaparecer ao fim de alguns mezes. E o resultado nem sempre é maravilhosos».

«Roma, ao contrario disto, não precisou mais do que pronunciar uma palavra: Indulgencia! E o mundo se sentiu commovido, empolgado e se pôz em marcha».

«Ironia das cousas! Foi a palavra «indulgencia» que produziu no seculo XVI, uma das maiores revoluções moraes da historia. Cahida dos labios de Martim Lutero, ella devia revoltar a Europa contra Roma. Ella formou o grosso das apostasias nacionaes. Ella poz exercitos em

lucta. Ella ensanguentou multidões. Ella devia ser desmoralizada pelo odio dos povos e pelos sarcasmos do Lucifer allemão.

E comtudo, a pequenina flamma de ideal que estas syllabas occultam, não se extinguiu. Ella brilha como a estrella e movem-se os Magos á sua luz, seguidos de multidões que vão a Roma, sobre caminhos de ouro, ajoelharem-se para ganhar a indulgencia».

Nós, brasileiros, com a nossa Peregrinação, ajudamos tambem a escrever essa pagina gloriosa da actualidade catholica; ajudamos a demonstrar ao mundo que o espirito ainda domina a materia, que a «idéa mystica» ainda «sobrelewa ás ambições terrenas, e que a Igreja Catholica, victoriosa, sempre viva, sempre fecunda, sempre dominadora, agora no seculo XX, seculo das luzes, e seculo das negações, sobretudo seculo das confusões, a Igreja Catholica ainda e a grande semeadora de ideal, ainda é a grande esperanza das almas que sentem os anceios metaphysicos; ainda é, meus senhores, a mão generosa que pensa todas as feridas do coração e o labio maternal que estanca todos os soffrimentos com um doce beijo de ternura e de paz.

o o o

FRANCISCO BERNARDINO R. SILVA

Notas biographicas

No numero passado de nossa revista, correspondente ao mez de Julho, transcrevemos um capitulo de Francisco Bernardino R. Silva, sobre a Igreja no Brasil, capitulo esse do seu ensaio «Reconstituição politica».

No presente numero fornecemos aos nossos leitores alguns dados biographicos, e notas sobre a actuação politica e intellectual desse illustre brasileiro, que pôde ser considerado, um dos nossos mestres.

* * *

Filho de Firmino Rodrigues Silva um dos vultos mais respeitaveis do 2.º Imperio, Francisco Bernardino teve a sua formação moral e politica num ambiente de austeridade e de nobreza patriótica.

Herdou do seu illustre pae tradições e exemplos, pois Firmino Rodrigues Silva, natural de Nicheroy, era um habilíssimo advogado, jornalista de envergadura, poeta e parlamentar.

Como jornalista, Rodrigues Silva trabalhou com Justiniano José da Rocha n'«O Chronista» em 1836, desligando-se depois da vida de Im-

prensa para ser Juiz de Ouro Preto para onde foi nomeado em 1841. Deixou a magistratura em 1842 para occupar o cargo de chefe de Policia da provincia de Minas Geraes, sendo em 43 eleito deputado ás Côrtes.

Como deputado o seu nome sempre figurou na lista triplíce para senador do Imperio, até que em 1861, D. Pedro II o escolheu.

Em 1879 falleceu em Paris, quando o seu filho, Francisco Bernardino, contava apenas 27 annos de idade e já era deputado provincial, lugar que occupava desde 1874, logo após á sua formatura.

Não podia, pois o jovem Francisco Bernardino, desmerecer as glorias paternas e continuou-as com brilhantismo.



Francisco Bernardino R. Silva

Francisco Bernardino estudou humanidades no Collegio S. Pedro de Alcantara e completou-as cursando a Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se formou em 1873, com 21 annos de idade. Iniciou então a sua advocacia em Rio Novo, Ouro Preto e Juiz de Fôra. Fixou-se definitivamente em Juiz de Fôra (Minas) onde iniciou sua carreira politica como deputado provincial em 3 biennios successivos (1874-1879).

Na assembléa provincial foi *leader* do partido conservador, quando desta faziam parte os liberaes Candido de Oliveira, Affonso Penna e Carlos Affonso de Assis Figueiredo.

Nesse interregno, contando 25 annos de idade, assumiu o governo do Piahy, por indicação do seu padrinho e amigo Duque de Caxias.

Regressando a Minas continuou a militar na politica e em 1882-1885 foi eleito vereador da Camara Municipal de Juiz de Fôra. Em 1886 foi convidado pelo Governo Imperial para governador da provincia do Rio Grande do Sul, não acceptando o convite, afim de poder permanecer em Minas.

Eleito e diplomado deputado geral no Gabinete Ouro Preto, logrou quebrar com alguns

outros conservadores a unanimidade da assembléa liberal formada pelo derradeiro presidente do Conselho de Ministros da Monarchia.

Na Republica foi logo intendente da Camara Municipal de Juiz de Fóra, dando organização ao Municipio, adaptando-a ao novo regimen, organização essa que serviu de modelo aos demais Municipios do Estado. Coube-lhe em 1892-1894 a presidencia da Camara Municipal, quando foi eleito vice-presidente de Minas.

Duas vezes se elegeu, fóra da chapa official, deputado federal, chefiando opposição contra o governo de Silviano Brandão. No governo Rodrigues Alves, sendo deputado federal, teve o seu nome indicado para presidente da Camara dos Deputados, posto esse em que o queria aquelle ex-presidente da Republica, mas que não accitou.

Como opposicionista ao governo mineiro redigiu o *Pharol*, o que lhe grangeou grande prestigio. Nessa época, após uma tremenda campanha por elle dirigida contra o imposto territorial, que Silviano Brandão queria estabelecer, foi lançada pelos elementos populares a sua candidatura á Senatoria Federal, em contraposição a de Julio Bueno Brandão. Embora suas reiteradas declarações de não accitar a indicação, foi suffragado por mais de 40 mil votos.

Em 1910 foi nomeado Director Geral da Estatística, escrevendo então um trabalho sobre o Credito Agricola.

O seu ensaio politico «Reconstituição politica» data de 1909, ensaio esse que lhe firmou ainda mais o nome de escriptor e de jurista.

Ainda como jornalista Francisco Bernardino foi redactor-chefe d'*A União*, diario catholico, em companhia de Nerval de Gouvêa e Felicio dos Santos.

Como presidente da Comissão Revisora de Tarifas salientou-se, não só devido á sua capacidade sobre o assumpto, como pelo prestigio da sua intelligencia, comissão de que faziam parte as figuras mais autorizadas do nosso meio commercial e industrial.

Falleceu Francisco Bernardino R. Silva em 17 de Abril de 1920, ás primeiras horas da manhã, na fazenda do Ribeirão das Rosas, em Juiz de Fóra.

Contava o illustre morto 68 annos de idade, pois nasceu na Cidade do Piranga (Minas) em 1852.

Por occasião do seu fallecimento ainda exercia o cargo de Director Geral da Agricultura, retirando-se enfermo para a sua fazenda.

O «Jornal do Commercio» noticiando o seu fallecimento dizia:

«Contando, embora 68 annos de idade, tinha a apparencia de quem ainda devia prolongar bastante os seus dias».

Reaccionario contra as deturpações do meio republicano, Francisco Bernardino, era um homem de fibra, um exemplo de honestidade e de caracter. Catholico dos mais fervorosos, pertencendo a Ordem 3.^a de Nossa Senhora do Carmo da Lapa, a sua actividade sempre foi orientada pela Igreja, e como jornalista, como catholico-social, como politico, o saudoso brasileiro, era o mesmo homem, energico, bom, trabalhador, culto, zeloso, intrepido e reaccionario.

A *Ordem* homenagêa o grande brasileiro e illustre catholico, publicando estes ligeiros traços biographicos de uma vida de exemplos e trabalho.

CAIPIRAS

(Conto)

João Paes era de compleição franzina e trazia sempre os dedos grandes espetados nas cavas do collete de brim, enquanto os outros tamborilavam sobre o peito mirrado. Esse gesto, muito seu, tomava ares de imponencia, quando da janella do seu quarto apreciava, na alpendrada da casa velha da fazenda as caipirinhas que, por aquelle mez de Dezembro, ralavam e espremiam o milho verde para as pamonhas e o *curá*.

Durante o dia, João Paes andava pelos roçados a dirigir o serviço de destocamento e depois de algumas voltas pelo milharal já amarellecido, descia para o rio, pegava da vara de uvá e atirava o anzol para experimentar o peixe. Si este beliscava a isca de minhoca, João Paes não continuava a pescaria e os lambarys ficavam em paz. Mas si as ferroteadas não se fizessem sentir, João Paes levantava-se, enfiava os dedos nas cavas do collete, tamborilava no peito e depois sacudia a cabeça, como que a dizer:

— Hoje a lambaryzada quer siriri boiando. Tá commigo.

E rumava para casa, onde quebrava os torrões de uma *panella* que o Chico Bonifacio sempre lhe reservava, quando tirava cupim. Ao entardecer, passava pelas caipirinhas — a Chiquinha, a Rita, a Euphrosina, a Justina e dizia:

— Meceis, hoje, têm peixe. A lambaryzada qué siriri. E o João tá lá p'rá tenteá elles.

Num passo largo e duro, João Paes, descia a rampa e ia ter ao *seveiro*, enquanto a Chiquinha, que tanto gostava delle, o acompanhava com a vista e corava, silenciosamente. As outras riam. E a Justina, espevitada e sahida, morena e magricela, ria a mais não poder da rompança do Joãozinho e falava entre risadas:

— Éta farinha puva! É só prosa, p'ra móde embellecá a Chiquinha e a nós outras.

O Manéco é m'jó que vancê e no entanto não conta vantagem com os lambarys.

De facto, o Manéco era melhor pescador que o Joãozinho e era mais querido das caipirinhas, porque Manéco sambava, Manéco tocava viola, Manéco era turuna num caterê.

— Ahrrre! Justina que coisa, dizia a Chiquinha! Nhô Joãozinho zanga, um dia.

Mas Joãozinho não se zangava. Joãozinho era bom e alegre.

* * *

A Chiquinha nascera p'ras bandas do Parahytinga, perto de Mogy. Seu pae Nhô Barnabé fazia gamellas e tecia cestos e jacás. Sua mãe a Maria da Assumpção, ajudava o marido nos seus trabalhos e descendia de uma familia de fazendeiros, que, nos bons tempos do Imperio, se arruinára gastando dinheiro com a politica dos *casquados*. Maria da Assumpção lembrava-se ainda das eleições bravas, em que um tio seu, o Severiano Neves, levava uns pontações de faca num barulho no Largo da Igreja, onde estava o eleitorado liberal a fazer algazarras e a provocar os *casquados*. Severiano reagira e houve conflicto. Depois veio a Abolição e os seus começaram a decahir, a perder tudo e, num bello dia, ella ainda era menina, houve festa na cidade de Mogy. As casas se illumina-

naram e a musica tocou a noite toda na casa do Coronel Felício dos Anjos, republicano e abolicionista. A republica fôra proclamada e os Macieis, os seus tios, abandonaram a cidade, fugiram para o matto, afim de assistir de perto a ruina da fazenda e esperar a morte no isolamento das capoeiras e das roças abandonadas. E assim se findaram os Macieis; e assim, nessa ruina e nesse desconforto ella se casara com o Barnabé, gamelleiro. E foi, nessa amargura de vida, que surgiu a Chiquinha.

Mais tarde mudaram-se para Santa Branca e o Barnabé desceu á sepultura nesse logarejo, victimado por uma febre brava.

Passou então Maria da Assumpção para o sitio de seu cunhado Nhô João Simplicio, visinho da fazenda de Nhô Carlos de Souza Paes, pae do Joãoico.

João Simplicio acolhera Maria Assumpção no seu terreiro e mandou rebocar uma casa de pau a pique para ella e a filha.

Foi ahí que Chiquinha crescera e se educara; foi ahí que Chiquinha conhecera o Joãoico Paes, numa noite de S. Gonçalo, quando o Manéco fez um bonito com a viola.

Chiquinha reparou no Joãoico Paes. Achara-o tão mirrado, tão enfezado que teve pena d'elle e furtivamente, medrosamente, olhava-o. Mas uma cousa a impressionara. Eram as feições tão serenas, tão tranquilladas daquelle *caipira*, cujo pae era tão rico p'r'aquellas bandas.

Apezar da riqueza de seu pae, Joãoico não quizera sahir daquelles sitios e ir morar na cidade e estudar, alguma cousa mais que a cartilha.

Ao principio, Chiquinha sentiu-se diminuida ante os haveres de Joãoico, mas como este era accessivel e bom, ella teve esperanças de conquista-o.

Era bonita, mas, diga-se, não confiava na sua belleza. Conservava nos seus traços caipiras uma certa fidalguia de linhas das mulheres de outróra e bem se reparando nella, viam-se-lhe não só expressões de intelligencia, como tambem uma certa vivacidade de espirito recatada pelos cilios negros, sob os quaes seus olhos se moviam, rapidamente.

Mas qual! Joãoico era invencivel e ás vezes, notava que elle se dirigia muito á Rita. Esta era desembaraçada e o Joãoico tambem. Dois temperamentos alegres que se confundiam em risos; e, nas calmas tardes daquelle mez de Dezembro, quanto não lhe doja n'alma o ver, o Joãoico junto da Rita a recolher os novilhos para o curral, os dois tão juntos, tão expansivos, tão communicativos.

E á noite, no silencio do seu quarto, a coitadinha chorava e as suas lagrymas ainda quentes infiltravam-se no travesseiro que cheirava a malva.

*
* /

Pelo Natal, Chiquinha adoecera e depois de uma febre alta viera-lhe uma tosse secca, que, quem passasse pela estrada, a ouvia tossir.

Maria da Assumpção desvelara-se, com a doença da filha e Nhô João Simplicio lhe dissera que era bom levar a sobrinha ao doutor da cidade assim que ella podesse andar.

Chiquinha achava que a tosse não tinha importancia, mas sua mãe ficara apprehensiva; podia ser uma tuberculose.

João Simplicio, no entanto, assim não pensava; dava razão á sobrinha. A tosse não era nada. Era da febre.

*
*
*

Joãoico nada sabia da doença de Chiquinha. Aconteceu, porém, que tendo ido á cidade na noite de Natal, afim de assistir á missa do gallo, encontrara-se com a Rita no Largo da Matriz e foi pela Rita que veio a saber que Chiquinha adoecera e que estava tossindo muito.

— Aquillo é doença de peito, nhô Joãoico.

Todos dizem que é, e, o nhô Olegario que entende de botica disse a nha Maria p'ra tomar cuidado com a filha.

Joãoico nada disse á Rita e na volta, sob o luar, emquanto o cavallo, vagarosamente, a passo, vencia a estrada, o rapaz imaginava nas consequencias da molestia de Chiquinha. Nha Maria, talvez não pudesse supportar a dôr com a morte da sua unica filha. O velho Simplicio soffreria tambem, porque era um bom velho, e queria muito bem á sobrinha. Todos soffreriam. E elle? Ah! elle talvez soffresse mais. Ninguem sabia que elle amava a Chiquinha. Era um sentimento que escondia de todos. Ah! si Chiquinha morresse, com que dôr não fecharia o caixão. Com que dôr!

E, a chamma das velas que imaginava na cabeceira da coitadinha pareciam já queimar-lhe o coração, queimar-lhe a alma e já presentia o vazio que lhe deixaria a Chiquinha, si a morte a levasse. E nesse andar de imaginação João Paes não reparou no luar, naquella branda luz que fugia do céu tão suavemente e banhava aquelles mattos e aquelle rio que ao longe já divisava, contornando a fazenda.

Afinal, chegara ao terreiro; já os gallos amiudavam. João Paes apeára e antes de chamar alguém para cuidar do animal olhou para o céu e para as mattas. A natureza ainda adormecia. E as estrellas, lá no alto, estavam na madorna, embaladas ao luar. Só a lua estava acordada. A lua e elle. E João Paes enfiou os dedos nas cavas do collete, fixou o olhar na sua companheira, tamborilou no peito com os dedos e depois, silenciosamente, vagarosamente desapareceu pelo corredor da casa velha da fazenda.

*
*
*

No dia de Reis João Paes sahira cedo para a cidade. E ao passar pelo sitio de nhô João Simplicio apeou e foi ver a Chiquinha. Esta estava só e ao vê-lo, alegrou-se.

— Vou a cidade e aportei aquí, p'ra preguntá de mecê. Está mió, nha Chiquinha?

— Má le má, vou indo nho Joãoico. Eu soube de mecê pela Rita.

— Ainda tosse?

— Um pouco, mas não é nada. As vêis tenho febre.

Depois desse pequeno dialogo elle par-tiu e Chiquinha ficara tristonha. A alegria subita que a invadira ao ver o Joãoico desaparecera.

Então, o Joãozinho soubera de sua doença pela Rita?! Ah! sim pela Rita. Que tristeza de vida! E o dia todo Chiquinha conservou-se silenciosa. Almoçou mal. E ao jantar nada quiz.

— Então não janta, Chiquinha? Assim mecê não fica forte, disse-lhe o tio.

Chiquinha não respondera e foi para a ianella. A tarde desceu e Chiquinha passou a vista nas distancias. Ao longe a crista de um grande morro franjava-se á luz do sol occiduo e o ceu mais para cima era um fogaréu. Chiquinha talvez scismasse ante aquelle espectáculo de luz tão rubra no alto, envolvendo no seu rubor toda uma esperança que aqui em baixo se confundia e desaparecia — o verdor esmaecente das arvores, ao incendio do poente.

E estava assim tão quieta, quando na curva da estrada surgiram dois cavalleiros. Era o Joãozinho. O outro quem seria?

Chiquinha logo que os viu ficou curiosa. Julgava que os mesmos passassem sem parar, mas qual não foi a sua surpresa quando os dois soffream as redeas e apearam.

— Boa tarde, nha Chiquinha! Nho João está em casa?

Nesse mesmo instante apparecia o João Simplicio.

— Olá, Joãozinho! Entrem que a casa é nossa. Não é Chiquinha?

— Minha, por enquanto, porque estou aqui até melhorar. A nossa está lá, e apontou para a casinha de pau a pique.

— Nossa, não Joãozinho? E riu-se. Joãozinho não se atrapalhara, com a pilheria do João Simplicio que o inquiriu depois daquella a quem amava em segredo.

— Talvez... Mas nhô João eu não estou aqui p'ra ganhá assim de mão beijada a sua casa. Trouxe aqui o doutor Miguel p'ra ver a Chiquinha. Mêce me desculpe, porque pedi ao doutor p'ra vir aqui.

O doutor Miguel era de uma physionomia franca e agradável. Captivante mesmo. Velho já experimentado em lidar com os caipiras esse medico conhecia o ambiente em que estava.

— Ora, nhô Joãozinho, eu podia ir á cidade. P'ra que esse incommodo, disse a Chiquinha.

O doutor Miguel então entrara na palestra. Explicou que o Joãozinho fôra ao seu consultorio e que lhe contara o estado de saude da dona Chiquinha e que elle mesmo se offerecera a vir e que este accitaria o offercimento.

Não pode, entretanto, o doutor Miguel regressar á cidade á noite e pousara no sitio de João Simplicio. O Joãozinho fora para a fazenda, e ao amanhecer já estava de volta, afim de acompanhar o medico até á cidade e providenciar sobre o aviamento da receita na pharmacia.

Qual não foi a sua surpresa quando chegava, em ver o João Simplicio ensilhando um animal tambem para ir a cidade.

— Mecê vae á cidade nhô João?

— Sim! é p'ra móde poupar o seu trabalho, Joãozinho. Mas antes, vou dar um pulo até á fazenda de seu pae. Preciso falar com elle sobre um casamento.

— De quem?

— Ora, de quem mais, da Chiquinha.

Joãozinho ficara um momento indeciso, mas aventurou em perguntar.

— Com quem?

— Depende de nhô Carlos, Joãozinho.

E já montado o João Simplicio lhe disse.

— Mecê fique e eu vou acompanhar o doutor Miguel, quando voltar da fazenda de seu pae.

Joãozinho assim que se encontrou com a Chiquinha perguntou-lhe.

— Nha Chiquinha, é verdade que mecê vae se casar? Pois si vae, eu não sei com quem e por isso tenho a lhe dizer que eu gosto muito de mecê e só commigo que mecê poderia se casar.

Chiquinha ficou meio confusa e depois respondeu.

— É só com mecê mesmo.

O doutor Miguel que escutára a conversa dos dois, sorriu, aproximou-se do Joãozinho e bateu-lhe no hombro.

— P'ra que é que você trouxe o medico para ver a sua doente. O resultado é esse.

* *

Pelo entrudo houve o casamento e a febre e a tosse cessaram durante o noivado. Mais de uma vez o Joãozinho disse á Chiquinha, depois de casados, olhando-a com ternura, e enfiando os dedos nas cavas do collete:

— Quem dizia, nha Chiquinha que nós nos casariamos!

ARTHUR GASPAR VIANNA.

o o o

MARIO DE PAULA FREITAS

O *Centro Dom Vital* soffreu este mez um rude golpe com o falecimento do nosso consocio Dr. Mario de Paula Freitas. Sendo na ordem chronologica, um dos ultimos a ingressar em nosso meio, foi, entretanto, um dos que maiores serviços prestaram á nossa aggremação.

Mario de Paula Freitas, á primeira vista, comprehendeu a finalidade do *Centro Dom Vital* e a elle deve o Centro a sede provisoria de sua bibliotheca e outros serviços de não pequeno vulto, entregando-se aos nossos trabalhos, com calor e enthusiasmo.

Portanto a sua morte inesperada veio nos desfaltar de um elemento de primeira ordem, além de nos golpear profundamente o coração.

No dia 22 de Outubro a nossa directoria mandou celebrar, na Igreja de Nossa Senhora do Parto, onde fazemos as nossas orações semanaes, uma missa em suffragio da alma do saudoso companheiro que pelas suas virtudes e fervorosa piedade, estamos certos, está no seio de Deus.

A VICTORIA DO VERBO

DE DURVAL MORAES.

Sacerdote, eis tua obra; apóstolo, eis o fructo
Do teu santo labor. Entõa, missionario
O teu laude sagrado.

Tempo morto, Passado,
Descerra as portas de oiro ao grande solitario.

Na arena o heróe entrou sozinho e resolutio.
Seja tua a victoria, excelso visionario!

Ai do só!... Vinhas só! Intrepido guerreiro,
Tuas armas? Quem és? Qual teu nome de guerra?
Combates por um rei, que era um pobre troveiro?
Vaes morrer pelo Deus desprezado na terra.

Tuas armas? Que estranha e nova especie de arma!
Dois páus em cruz! A Cruz — o patibulo infame
Dos escravos de Roma...
Tão só!... Da multidão dos infieis, o alarma,
Como estrondos de mar sobre rochedos brame!

A turba afia a garra e eriça a ruiva coma.
Um sorriso te vem á rubra flor da bocca?!
Sem pavôr de ninguem teu coração estua?
Dom Quixote de Christo, a tua audacia louca
Só se pode medir pela esperanza tua.

Vaes decerto rolar como um rijo penedo,
Estrepitosamente, ao sopé da montanha,
Para frio jazer na poeira do valle.
Dom Quixote de Christo, a gloria te acompanha.
Tudo em torno de ti estremeça de medo,
O rumor mais subtil, placidamente, cale.

O silencio caiu sobre os homens, profundo,
Teu campo de batalha é num templo. Calada.
Como alguem que esperasse a genese de um mundo,
Olha o dominador, a multidão pasmada.

E o combate de um só contra as almas athéas,
A lucta de um christão contra o mouro-egoismo,
Contra o Judas — dinheiro e o Satan — ironia.
O raio redemptor das eternas idéas,
Azorragando o abysmo
Do espirito sem Deus, a consciencia alumia.

E um látego teu verbo, é um tremulo de arrulho,
Som de lyra a expirar em queixoso lamento,
Falas, rola a teus pés a panthera do orgulho.
Falas, desfaz-se no ar o abutre do tormento.

O teu verbo incandesce; o teu verbo calcina...
É luar e vulcão, é cascata e ribeiro;
Faz a pedra chorar doces gottas de orvalho,
O teu verbo illumina.
O carcere onde geme e odeia o prisioneiro
E a tenda de trabalho.

Alma de organ rezando, ou clangor de trombetas;
Carícia de velludo e desespero acerbo;
Os perdões de Jesus, as iras dos prophetas:
Passam á chammear nas trompas do teu verbo.

O pulpilo é um Sinai, viva sarça de brasas,
Onde vives a arder renascendo da morte.
O teu verbo explicando ao céu as amplas asas,
Atravessa o deserto, atravessa a planicie,
Aflora do oceano a amarga superficie,
Como uma aguia real em procura do norte.

Despojada de ti, entre flammias e trevas,
A tua alma se eleva ás conquistas supremas.
Ao teu céu, vencedor, outras almas elevas,
Escrevendo no tempo os teus santos poemas.

O seculo venceste, e venceste os infernos
Das almas dos incréus, que abrem olhos pasmados
De alguém que contemplasse a genese de um mundo.

Emmudece teu verbo. O olhar desces á vida,
Tal um ser que chegou dos espaços eternos.
O silencio profundo,
Subitaneo caiu sobre homens assombrados.

Beija o pó dos teus pés a multidão vencida.

À VIRGEM DA GLORIA

Para a Gloria, Senhora, as mãos unidas,
O Peito palpitando, a face em chamma,
Todo o meu corpo, aos vossos pés, exclama,
Cansado e triste das humanas lidas.

Para a Gloria, Senhora, etherea flamma,
Minha alma, em frente ás illusões vencida,
Soluça presa á inextricavel trama
Da vida, feita de milhões de vidas,

Para a Gloria, Senhora, a Gloria pura
De tudo desejar no Eterno Porto
E de nada querer na terra escura...

Para alcançar a lucida victoria
De comvosco viver depois de morto.
Ó Senhora Santissima da Gloria!

DURVAL DE MORAES.

o o o

PELAS ESTRADAS DA VIDA.

De FRANCISCO KARAM

Elle era moço ainda e o seu olhar cansado
Prendia-se a uma flor... a um sorriso... a um outro olhar...
Que desejo de ficar!

Mas que adiantava ficar um seculo enlevado,
Se afinal, elle tinha, um dia, que partir?
É preciso seguir.

Elle seguia de palpebras cerradas,
Vivendo na retina a terra que passou.
Que saudades de tudo que ficou!

Da mão que acariciou as suas mãos fanadas...
Da voz que, nunca mais, elle havia de ouvir...
É preciso seguir.

07

E elle se habituou, pela jornada extensa,
A guardar em silencio, a sua grande dor.
Amigos de sua infancia, moças de seu amor.

Ficavam atrás, ficavam. Elle era a diligencia
Que seguia. Enquanto os passageiros saltavam a sorrir.
E preciso seguir.

E a diligencia devorava as estradas da vida...
Nos bancos vazios andavam, numa doce visão,
Os passageiros distantes. Pobre coração!

A poeira enxugava a face humedecida
Do phantasma a chorar, do phantasma a sorrir.
E preciso seguir.

Da officina, onde se martela a barra prateada
Do horizonte, arrancando o fogo das estrellas, além,
Acenava-lhe Alguem.

Alguma cousa ficava no fim da estrada.
«Lembranças do meu amor, é preciso partir,
E preciso seguir!»

E, já velho, morrendo, habituado, pela jornada,
A domar a saudade do que ficou,
Murmurava a chorar, murmurava a sorrir:
«Alguma cousa, amigos, fica no fim da estrada.
E preciso seguir!»

E a diligencia vazia não parou...

o o o

PROFISÃO DE FÉ

De FRANCISCO KARAM

Ouve o que eu te digo.
Eu já fui um revoltado.
Senti vibrarem os meus braços, contra Deus,
Como os leques das palmeiras,
Que o vento sacode, tentando arrancar.

Eu já fui torturado, como o trigo entre as mós,
Pensando na humanidade.

Minha alma confrangeu-se, como a folha resequida,
Ouvindo o grito das crianças,
Não deixava dormir,
E vendo, nos palácios, moverem-se as sombras
Atrás das cortinas de seda.

Eu já me levantei
Contra a injustiça das cousas.
E tentei destruir a justiça de Deus,
Edificando outra, que era minha.

Depois, o tempo me falou com ironia.
Falou-me com ironia e com bondade.
Como se fosse um ente superior a mim.
E eu pus-me a ouvi-lo.

E bendigo o nome do Senhor.
E rendo graças a Elle.
Eu fui criança, quando me exaltava.
E o Senhor foi Deus para não me ouvir.

Eu, que não sou capaz de fazer justiça
Para a minha casa,
Condennava a justiça de Deus,
E queria instituir uma outra
Para o Universo.

Ouve o que eu te digo.
Ha uma justiça acima de nossa compreensão.

Do «Palavras aos humildes».

o o o

CREDO

Senhor, eu creio em Vós! Não vos vejo, de certo,
porém vos sinto em tudo, até dentro de mim!
E quem sou eu, Senhor, para vos ver de perto?
Os meus olhos não têm tanta pureza assim.

Não poderei fazer nem uma idéa ao menos
do que sois, porque sois muito grande demais,
e eu não passo do mais pequeno dos pequenos,
eu quasi não sou nada aqui entre os mortaes.

Apenas creio em Vós. Ah! Vós sois o Perfeito!
 E se vos amo com uma especie de temor,
 não é porque vos tema é porque vos respeito,
 é porque sei quem sois e creio em Vós. Senhor!

CLEÓMENES CAMPOS.

Do livro «Mãos postas».

o o o

POESIA DE NOSSA SENHORA

Não tendo sido possível a inclusão no livro, a ser em breve publicado, «Durval de Moraes e os Poetas de Nossa Senhora», de autoria do nosso director, de toda a documentação encontrada sobre o assumpto, fal-o-emos na «A Ordem», começando pelos versos abaixo do «Cancioneiro de Rezende», edição de Stuttgart, exemplar da Bibliotheca Nacional.

DE DOM JOHAM MANUEL, ESTANDO NA GRAÇIOSA EM LOUVOR DE NOSSA SENHORA

Ho virgem, madre de quem
 totalas cousas criou,
 o rey qu'em Jerusalem
 por seu sangue nos comprou,
 O qual te poryficou
 dando-te vertude tanta,
 que te fez cousa mais santa
 de quantas ele formou.

Tu, louvada dos profetas
 E dos anjos noyte E dya,
 tu vycctoria nos envya
 dos danados Macometas.
 Perdam de culpas secretas
 a teu filho nos enplora,
 & tambem das descobertas,
 poys és nossa entreçessora.

DE DIOGUO BRANDAM
VILANÇETE SEU A NOSSA SENORA

Raynha celestrial,
rrepayro de nossas dores,
grandes sam os teus louvores.

Senhora, como naçeste,
tua vertude foy tanta,
qu'aquela enbaxada santa,
com grande fé mereçeste.
tam contynente vyneste,
que nom bastam oradores
rrecontar os teus louvores.

A merce que percalçaste,
nossa vyda rrepayrou,
poys com teus peytos cryaste
aquele que te cryou.
foste cousa, que mudou
o gram senhor dos senhores
em prazer as nossas dores.

Por em ty ser encarnado,
E por seres sua madre,
o nosso prymeyro padre
foy dos tormentos lyvrado
somos livres de pecado,
quando queres dar favores
os que ssam teus servidores.

O fonte de piadade,
madre de misericordia,
quem de ty nam faz memoria
vay mui longe da verdade!
es chea de carydade
E de tamanhos primores,
que sam grandes teus louvores.

Mytygua nossos tormentos,
que com tantos males creçem,
pois nossos mereçymentos
sem os teus nada mereçem.
socorro dos que padeçem,
que sejamos pecadores,
faze-nos mereçedores

Fym

E assy por teu respeyto,
dyna vyrgem & decora,
faze que ajam effeyto,

as nossas preces, senhora!
 que se nos deyxas huma ora
 a nossos persygydores,
 nam teremos valedores.

Canc. II 219-20

o o o

UMA CANTYGUA DE AN TOM DE MONTORO
 EM LOUVOR DA RAYNHA DONA ISA-
 BEL DE CASTELLA

Alta reyna soberana,
 sy querades ante vos
 que la hyja de sant'Ana,
 de vos el hyjo de dios
 rrecebyera carne vmana.

O belha, santa, discreta,
 com esperiencia se prueve
 c'aquelha virgem perfecta,
 la divinidad ecepta,
 esso le deveis que os deve.
 y pues que por vos se gana
 la vida y gloria de nos,
 sy no paryera sant'Ana
 atee ser nacyda vos,
 de vos el hyjo de dyos
 rreçybiera carne vmana.

Canc. I 240

o o o

D'ALVARO DE BRITO A ANTON DE MON-
 TORO SOBRE ESTA CANTIGUA, QUE FEZ
 COMO EREJE.

De vos, Montoro, brosnada
 vy esta vossa cantyguia,
 que da toura muy antigua
 me parece ser forjada;
 Polo qual vos ousaria
 de dizer por esta via,
 c'o que tenho de vos visto
 erdes pouco em Jhesu Cristo,
 menos em santa Maria.

Que trouces tam d'avantajem,
 como tendes grande lama,
 tras a orelha achey escama,
 donde vem vossa prumajem.
 Nos mostraes por vossa mão,
 que enxertado em Crislão
 soes em fazer hum tal gabo,
 tentando como diabo
 a rraynha tam em vão.

Nos a filha de sant'Ana
 nomeastes tam em soma,
 que d'aquy craro se toma,
 vossa lyngua ser marrana.
 Tal modo de brasfamar
 eu m'espanto deos passar,
 por fazerdes tal parelha,
 como a boca tras a oorelha
 vos nam pos, em no falar.

Nos na ley soes omem velho,
 da cabeça atee os pees
 muy amyguo de Monsees,
 & novo no evangelho.
 Nosso syso parnoeja,
 pois que a virgem coteja
 c'oa serva que a rroguia,
 sendo doutor na synogua,
 sabes pouco daa ygreja.

Isto adevinho c'o dedo,
 porque o vejo por olho,
 que nunca ouvestes rremolho
 da pia, tarde, nem cedo.
 Ca segundo os synaes
 que de vos qua nos mostraes,
 qua a todos al pareça,
 sem capelo na cabeça
 me parece que andaees.

Pois em fim de vossos dias
 mostraes o fyo do pano,
 nam diguo que soes Marrano,
 mas neto de mil Judias.
 de taes cousas acontecem,
 & passam, como parecem,
 sem castiguo taes louvores,
 feytores, consentidores,
 ygual a pena merecem.

Como homem muy yncreoo
 comparastes tam em vaão,
 como quem com sua mão
 cuyda de tomar o céu.
 Quem de deos foy concebida,

Pessoa succede a reacção admiravel do actual Presidente da Republica, por exemplo.

E a reacção catholica?

Indiscutivelmente, nestes ultimos dias, o es-
col de nossas classes dirigentes tem se aproxima-
do muito da Igreja de Jesus. É que o Bra-
sil e os brasileiros, cansados de soffrer as con-
sequencias de um laicismo, pelo menos, estranho
á nossa indole, vêm comprehendendo que a
paz, a ordem, as leis, as instituições, só existi-
rão de facto quando existirem de direito, o
que significa; só serão realizadas quando tive-
rem seus alicerces assentados na Igreja Catho-
lica. É o que se verifica no momento actual
com a reforma da nossa carta magna.

Sem por enquanto discutirem não a volta
da Igreja ao Estado, mas a vinda deste para
aquella, os representantes das nossas convicções
religiosas pugnam simplesmente pelo reconheci-
mento official dos nossos direitos de maioria
e a liberdade do ensino religioso nas escolas.
Estas duas emendas são insignificantes, relativa-
mente ao que somos, têm assustado os interes-
ses de alguns pobres estrangeiros. Mas acal-
mem-se os pastores, que deixam suas terras,
onde o catholicismo ganha terreno a olhos vis-
tos, para se dizerem nossos missionarios. Não
só na França se derriba Herriot; aqui somos
tambem a mesma resistencia, porque somos a
quasi totalidade numerica e a totalidade mor-
al.

A apresentação destas pequenas emendas ja
é alguma cousa, mas é pouco ainda. Enquanto
o espirito da Igreja não se infiltrar no espirito
das leis que nos regem, enquanto não se re-
christianizar a familia brasileira, caminharemos
para a dissolução. Como tão bem observa o
grande Marquez de Valdegamas: «Não ha sal-
vação para a sociedade, porque, o espirito cat-
hólico, unico espirito de vida, não vivifica o
ensino, e governa, as instituições, as leis, os
costumes».

E o catholicismo é a nossa religião, por-
que sendo a dos nossos avós, é, a mais antiga
da patria brasileira: por isso está naturalmente
ligada á nossa Constituição, pelo menos de
direito.

ABDIAS SILVA.

○ ○ ○

DA INTERPRETAÇÃO PHILOSOFICA NA EVOLUÇÃO DOS FACTOS HISTÓRICOS

Revistando velhas estantes de um vendedor
de livros antigos, teve um dos nossos compa-
nheiros, o Sr. Alberto Ildefonso de Oliveira, a
felicidade de encontrar um exemplar da hoje
em dia rarissima these «Da interpretação philo-
sophica na evolução dos factos históricos», do
nosso primeiro socio bemfeitor, o Dr. Antonio
Luiz de Mello Vieira.

Com este trabalho concorreu elle — já então
professor de Philosophia do Curso Anexo da
Faculdade de Direito do Recife — a um con-
curso das cadeiras de Philosophia do Imperial
Collegio D. Pedro II, em 1880. Foi impresso
pela Typographia do *Brasil Catholico*, do Rio.

Reeditando-o nas nossas columnas, não só
rendemos uma justa homenagem de gratidão a
um dos poucos que nos tem ajudado na luta
pela recatholicisação da intellectualidade brasi-
leira, como homenajeamos ao velho luctador que,
independente de qualquer ligação comnosco, re-
presenta, no entanto, uma das primeiras affirma-
ções desta mesma intellectualidade contra a do-
minação agnostica, que áquella hora pesava, como
que irremediavelmente, nos meios culturaes do
Brasil.

«Quant aux malheureux fui, enveloppant
«dans la même négation la Providence
«et la liberté, nient Dieu et néant l'homme,
«nous n'avons pas à nous occuper d'eux;
«nous écrivons pour ce qui n'ont pas perdu
«toute connaissance, du très-haut et tout-
«pouissant Seigneur, dont le pouvoir in-
«fini créa toutes les créatures, et dont la
«providence infinie gouverne toutes choses».

(M. de V.)

I

Vejamos os principios segundo os quaes
devemos desenvolver a nossa these.

São os da Providencia divina e da liberdade
humana, causas de todos os factos historicos.
E como resolvido o da Providencia, *causa uni-
versal*, está resolvido e conciliado o particular,
a liberdade humana, principiemos por aquelle.

Entre as questões mais importantes, diz
Boecio (1), está a da Providencia; ora o papel
da Providencia, segundo S. Thomaz, «é propria-
mente fornecer a cada creatura o que lhe é
necessario para alcançar seu fim e desviar os
obstaculos que poderiam impedir a de conse-
guil-o».

A Providencia encerra um duplo objecto, a
ordem das cousas no pensamento divino e a
realização desta ordem por meios seguros. «Per-
tence á Providencia, diz S. Thomaz, que a re-
lação das cousas com seus fins seja prevista, e
que a execução desta ordem não encontre obs-
taculos, o que constitue o governo». A Providen-
cia, no primeiro sentido, é definida por Boecio:
«A razão divina que, no principio das cousas,
dispõe tudo com sabedoria; isto é, que coordena
cada cousa em relação a seu fim particular e
todas as cousas em relação ao fim geral».

Si o nome de Providencia é tomado no se-
gundo sentido, diz Nemesio, significa «a vontade
de Deus governando com sabedoria tudo o que
existe».

Ora, sem falar dos Sadduceus que, suppo-
se terem negado a Providencia (2), esse dogma,
segundo Nemesio, foi desconhecido por todos
aquelles que attribuiam ao concurso fortuito dos
atomos todas as cousas que se passam neste
mundo; «e, nisto, accrescenta Nemesio, seu senti-
mento estava de accordo com seus principios;
porque aquelles que pensam que o universo é
obra inconsciente do acaso, devem, para ser lo-
gicos, admitir que toda a Providencia está au-
sente do governo das cousas; quem poderia
com effeito ter cuidado de um mundo que o

(1) De Conso'ate. Lib. IV.

(2) Budd'e, Thes. Th o'.

accaso só teria formado? É evidente que si as cousas se organizaram, primitivamente por si, sem o concurso de uma causa intelligente, devem ser levadas pela mesma força cega». Segundo estes principios, Epicuro sustentava que nada é mais contrario á vida feliz, que convem principalmente a Deus, do que a inquietação resultante dos cuidados variados e da administração das cousas.

Além dos Epicuristas, «todos aquelles que acreditavam, como refere Euzebio, que não só as cousas exteriores, mas as vontades também são arrastadas pelo curso das estrellas (3), em uma palavra que tudo succede segundo o destino, negavam a Providencia (4). Que tal fosse a opinião dos stoicos em particular, posto que parecessem falar magnificamente da Providencia divina (5), não ha que duvidar. Porque submettiam absolutamente tudo, e Deus mesmo, ás leis do destino, que Chrysippo chama o laço indispensavel das cousas.

Entre os philosophos antigos, alguns limitavam a Providencia divina ao mundo lunar e lhe negavam toda influencia sobre o resto do universo; outros acreditavam que o cuidado das cousas individuaes e corruptiveis e o governo das cousas humanas tinham sido confiados pelo Deus supremo a gentios inferiores, mas que tinha reservado para si a providencia sobre os entes espirituaes e sobre o mundo inteiro no que diz respeito aos generos e ás especies. Aristoteles sustentava a primeira opinião, (6) e Plató a segunda.

Entre os philosophos modernos, alguns segundo o exemplo Codwort, restringem a divina Providencia ás cousas mais importantes somente, taes como os generos e as especies (7); outros, como Julio Simon, Emilio Saisset, e outros racionalistas, só lhe attribuem o governo das leis geraes do mundo (8); ha enfim muitos que negam absolutamente a Providencia, são os Deistas, os Pantheistas e os Materialistas.

Portanto, devemos demonstrar que é necessario admittir uma Providencia divina, e que esta Providencia divina rege e governa todos os seres, até os mais humildes, até aquelles que nos parecem mais despreziveis.

Assim deve admittir-se uma Providencia divina, emquanto indica a existencia da *razão de ordem* na intelligencia divina. Com effeito, é necessario que todo bem que existe naturalmente nas cousas, seja creado por Deus, porque Deus é a cousa primeira mais universal. Ora, «o bem se acha nas cousas não só sob a relação de sua substancia, mas ainda relativamente á sua coordenação para um fim, e principalmente para seu fim ultimo, que é a bondade divina». Logo o bem da ordem que existe nas creaturas tem Deus como autor. Mas, Deus sendo a causa das cousas por sua intelligencia, a razão de todos os effeitos deve preexistir nelle. Logo é necessario que a razão da ordem das cousas, relativamente a seu fim, preexista na intelligencia divina. «É, com effeito, a razão das cousas que são coordenadas para um fim que constitue propriamente a Providencia».

Além disto, deve admittir-se uma Providencia divina, emquanto esse nome significa o *governo das cousas*. S. Thomaz prova-o assim: «todo aquelle que faz uma cousa para um fim, dispõe dessa cousa para o fim desejado. Ora, demonstramos que todas as cousas que têm o ser de uma maneira qualquer são effeitos de Deus, e que Deus faz todas as cousas para um fim que é elle proprio. Portanto, Deus dispõe de todas as cousas dirigindo-as para seu fim. Ora, é nisto que consiste o governo das cousas. Logo Deus governa todas as cousas, por sua Providencia». (9) Póde apresentar-se um outro argumento fundado sobre a bondade e sabedoria de Deus; São João Damasceno desenvolve-o em poucas palavras: «Deus é bom e sabio por sua natureza; ora, emquanto bom, deve cuidar das cousas, porque aquelle que não tem cuidado é falto de bondade. É certo que todos os homens e os animaes irracionaes provém a sua progeneratura em virtude de uma affeição natural, e seria censurado aquelle que não tivesse essa providencia. Mas, emquanto sabio, Deus governa as cousas do melhor modo possible». (10) S. Thomaz raciocina do mesmo modo: «não convem, diz elle, que a divina bondade não conduza as cousas que produziu até sua perfeição. Ora, a perfeição ultima de cada cousa consiste na aquisição do seu fim. Por consequente compete á divina bondade, depois de ter creado as cousas, conduzil-as a seu fim, o que equivale a dizer-se que deve governal-as». (11) O que Tertuliano exprime em duas palavras: «Não se póde admittir Deus sem confessar sua Providencia». (12) Lactancio argumenta assim contra Epicuro: «Si existe um Deus deve ser como Deus, dotado de Providencia; é impossivel attribuir-lhe a divindade sinão se admitte que conhece o passado, o presente, e prevê o futuro. É por isto, que supprimindo a Providencia, Epicuro nega também Deus; e quando confessa a existencia de um Deus, concede ao mesmo tempo a existencia de uma Providencia. Porque estas duas cousas não podem existir nem conceber-se uma sem a outra». (13).

O que demonstramos pela natureza de Deus pode-se confirmar pela ordem constante das cousas, e pela harmonia e accordo permanente que reina entre seus movimentos. É certo que todas as cousas são ordenadas relativamente a seus fins e que existe entre ellas uma connexão admiravel, de sorte que uma serve a outra e que a belleza do universo resulta do conjuncto das relações de todas estas cousas. Ora esta coordenação e esta disposição maravilhosas das cousas são uma prova da divina Providencia; porque diz S. Thomaz: «a ordem fixa das cousas demonstra claramente que uma intelligencia governa o mundo; do mesmo modo que, si, entrando em uma casa, achas que reina por toda parte a ordem, julgues pela Ordem existente que uma intelligencia presidiu-a» (14) «Logo uma Providencia divina preside ao governo do mundo. A permanencia de todos os seres, diz Nemesio, a conservação de suas posições respectivas e da bella ordem que apresenta, por exemplo, o

(3) Praep. Evang. Lib. VI.

(4) Greg. de Naz. — Orat. III.

(5) Brucker. Misc. Hist. Phil.

(6) Cklemente de A'alexandria — Coh. ad Dent. —

De Margerie.

(7) Tideman.

(8) Frederic le Gr. R. da Prus. Phil. de Sans Souci

(9) Cousin. Int. a l'hist. de la Phil.

(10) Cont. Ger. Lib. III c. 61.

(11) De fid. Orth. Lib. II cap. 29.

(12) I. Cap. III. a. I c.

(13) Adv. Marc. Lib. II.

(14) De Irr. D. C. 9. Opp.

curso dos astros que nunca se perturba, a revolução annual do sól, a volta periodica das estações e a igualdade perfeita dos dias e das noites durante o anno, seu augmento e sua diminuição alternativa que é completamente regular, como todas essas cousas poderiam ser conduzidas e administradas com uma precisão tão estavel e tão permanente, si nenhuma intelligencia presidisse a sua marcha (15)!»

O consentimento de todos os povos, que nunca variou sobre este ponto, demonstra igualmente que uma Providencia vela no governo do mundo e de cada cousa em particular. «Uma prova manifesta, diz Nemesio, que a Providencia rege todas as cousas singulares, é que seu conhecimento está naturalmente gravado no coração de todos os homens. Porque, nas circumstancias difficeis e urgentes, recorremos logo á Divindade; a natureza nos levando por si a implorar o auxilio de Deus, antes mesmo de ter sido instruidos sobre sua providencia... Assim, nas perturbações violentas, no temor que nos inspira, um perigo imprevisito, sem reflectir e sem deliberar invocamos a protecção de Deus. Ora ha tanta força demonstrativa no que é a consequencia natural de uma cousa, que nada se lhe pôde oppôr (17)».

Emfim supprimi a Providencia divina, toda religião será aniquilada. «Se a Providencia de Deus, diz Santo Agostinho, não preside as cousas humanas, não ha o que occupar-se de religião (18)». E de facto, «Que honra se deveria, como se exprime Lactancio, a uma divindade que não cuidasse em cousa alguma e que não levasse em conta o culto que se lhe prestasse? Seriamos obrigados a alguma cousa para com um ente que nada tivesse de commum connosco? *Se Deus, diz Cicero, não tem cuidado do homem, se não lhe tem interesse algum, que vá passear. Pedir-lhe-ei para me ser propicio? Mas não tem poder em favor de pessoa alguma.* Cicero podia exprimir-se de um modo mais despresivel para com um tal Deus? *Valeat, diz elle, isto é, que vá embora, que se affaste de meu pensamen* pois que nada pode por por nós (19)». Supprimi a Providencia, e toda virtude, toda honestidade, toda justiça, e portanto toda sociedade desappareceriam, porque a sociedade repousa completamente sobre a justiça.

«O freio mais poderoso da consciencia humana, accrescenta o mesmo Lactancio, é a crença de que nossa vida, se passa sob a vista de Deus. que vê não só o que fazemos, mas nossos pensamentos, e que ouve todas as nossas palavras. E continuando diz: «Que animal cruel e feroz seria o homem, se, não temendo poder algum superior, julgasse poder impunemente transgredir ou desprezar as leis? O temor de Deus, é pois sómente o que pôde consolidar a sociedade dos homens entre si, é tambem elle que conserva, fortifica, e governa nossa propria vida (20)».

O Doutor Africano confirma a prova precedente por esta outra razão: «Si Deus, diz elle, não cuidasse das cousas humanas, seria necessario ao mesmo tempo admittir que os homens

não devem esperar justiça alguma no futuro. Porque a idéa desta justiça que o espirito humano pôde conservar fazendo o bem, e que perde fazendo o mal, não estaria nelle gravada, si não existisse uma justiça incorruptivel que o justo encontra completa quando se volta para ella, e que o peccador abandona inteiramente quando se afasta de sua luz. Ora esta justiça incorruptivel é o attributo da Divindade, e Deus não a faria brilhar na consciencia do justo, si não cuidasse de modo algum dos negocios humanos (21)».

Os argumentos que acabamos de produzir indicam sufficientemente que a Providencia de Deus e seu governo, se estendem a todas as cousas individuaes, ás mais humildes tambem e áquellas que nos parecem mais despresiveis, posto que entretanto as creaturas racionais tenham a parte principal. Mas importa provar o mais abertamente e de um modo mais directo. Eis como S. Thomaz demonstra-o a priori: «Como todo agente diz elle, obra para um fim, a coordenação dos efeitos relativamente a seu fim é tão extensa como a causalidade do primeiro agente... Ora a causalidade de Deus, que é o primeiro agente se estende a todos os seres, quer sejam incorruptiveis, ou corruptiveis, não só no que diz respeito aos principios da especie, mas ainda no que concerne os principios individuaes. É pois necessario que as cousas que tem o ser de qualquer modo sejam coordenadas por Deus relativamente a algum fim. Mas como a Providencia de Deus, consiste precisamente nesta coordenação das cousas em relação ao fim, assim como dissemos, é evidente que todas as cousas são submettidas a divina Providencia na mesma relação em que participam do sêr».

Por um raciocinio semelhante pode-se demonstrar a necessidade do governo divino. Com effeito, Deus governa as creaturas como sua causa; porque «pertence ao poder, que produziu as cousas, conduzi-las á sua perfeição, o que é proprio daquelle que governa... Por conseguinte, do mesmo modo que nada pode existir que não tenha sido creado por Deus, assim tambem nada pode haver que seja subtrahido a seu governo (22)».

Eis como S. Thomaz desenvolve esta prova: «Todas as causas segundas obteem uma certa semelhança com Deus pelo facto mesmo de serem causas. Ora, uma qualidade commum, a todas as causas productoras, é que tenham cuidado de sua progenie. Deus por conseguinte deve cuidar das cousas de que é a causa (23)». O que S. Agostinho exprime em duas palavras: «A providencia de Deus se estende a tudo (24)».

Porque se ha de recusar a Deus a administração das cousas inferiores? Será porque não as conhece? Mas como as crearia sem conhecê-las? Será porque não pode? Ou porque uma tal providencia lhe causaria fadiga? Nada disto pode ser allegado, porque Deus é infinitamente poderoso, e basta um simples desejo de sua vontade para fazer tudo o que quizer. S. Gregorio, o Grande, resolve assim esta questão: «Como Deus gosa da omnipotencia, cuida de todas as cousas de modo a não desprezar nem

(15) I. C. III.

(16) De Nat. hom. c. 42.

(17) De Nat. hom. C. 44.

(18) De Ut. Cred.

(19) De Ira Dei Cap. VIII.

(20) De Ira Dei. Cap. XII.

(21) Lib. de Div. Quest.

(22) Athenag. Leg. pr. Christ.

(23) Cont. Gent. L.b. III.

(24) Enarr. in Psalm.

as cousas singulares nem o conjuncto... Por isto rege as grandes cousas sem desprezar as pequenas, e assiste as pequenas sem abandonar as grandes (25)». Não se pode dizer também que Deus não se digna de governar as cousas ou que ellas não são susceptiveis de ser governadas; porque «a vontade de Deus tem por objecto tudo o que possui alguma razão de bondade, pois que é a própria bondade; ora o bem das causas governadas consiste sobre tudo na ordem de governo (26)». Theodoro disse no mesmo sentido: «Que Deus queria cuidar das Qousas, testemunha-o altamente. Com effeito nada obrigou-o a crear o mundo; é certo também que não necessitava delle; mas, porque é bom e possui uma bondade infinita, quiz dar o ser ao que não o tinha. Ora aquelle que foi tão bom para as cousas que não existiam, porque ha de desprezar aquellas que fez (27)? Não se pode dizer também que as creaturas sejam incapazes de governo; porque, de facto, são ordenadas umas para as outras, e mesmo muitas entre ellas são governadas pela razão humana (28)».

Accrescentamos que Deus cuida immediatamente por si de cada cousa, mesmo das mais infimas (29). Porque, se Deus não obrasse assim, «seria ou porque despreza estas cousas, ou porque sua dignidade não lhe permitiria. Ora estes dous motivos podem ser racionalmente invocados, porque ha mais nobreza em occupar-se da organização das cousas do que em operar sobre ellas. Por conseguinte, se Deus opera em todas as cousas, se nisto não desce de sua dignidade, se mesmo nada convem tanto ao seu poder universal e supremo, não ha razão para dizer-se que Deus, despreza as pequenas cousas, e em que sua dignidade seja offendida porque sua Providencia se exerce immediatamente sobre as creaturas inferiores (30)». S. Ambrosio raciocina do mesmo modo. «Qual é o operario que despreza sua obra? Quem abandonou jámais e privou de seu apoio o que julgou dever produzir? Se houvesse deshonra em cuidar de uma cousa, não haveria maior em fazel-a? Não ha injustiça alguma em não fazer uma cousa, mas haveria uma insigne crueldade em não velar sobre o que se produziu (31)».

Esta prova pode ser confirmada por uma outra tirada da sabedoria divina: «Todo ser sabio que emprega sua virtude com discernimento regula seu uso, dando um fim á sua obra e prevendo os resultados; se procedesse de outro modo, faltaria ás leis da sabedoria. Ora sabemos já que a operação do poder divino se estende até as cousas mais pequenas. Por conseguinte a divina sabedoria deve regular a natureza dos effeitos que resultam do emprego de seu poder, deve regular o modo e o character, mesmo nas cousas mais infimas. E pois o autor immediato, por sua providencia, da ordem que reina em todas as cousas». S. Agostinho esclarece esta prova pela consideração da admiravel estrutura que apresentam os seres organizados. «Quem dispoz os membros da pulga

e do mosquito de maneira que fossem dispostos na ordem mais conveniente, de tal sorte que teem sua vida e seu movimento proprio? Considerai um destes pequenos animaes, aquelle que vos approuver. Notareis a bella disposição de seus membros, a vivacidade com que executam seus movimentos; como evita a morte! Como ama a vida! Como procura o prazer! Como evita o que poderia somente molestá-lo! Vede como exerce as funcções de seus diversos sentidos, que vigor tira de seus divertimentos! Quem deu ao mosquito o ferrão de que se serve para chupar nosso sangue? Quem organizou-o? Quem criou todas estas cousas? Estes pequenos seres excitam tua admiração, louva a grandeza d'aquelle que os creou (32).

Entretanto não esqueçamos que a divina operação não exclue as operações das causas segundas. Somente estas causas segundas são as executoras da divina Providencia; «os effeitos que proveem das operações das causas segundas, diz S. Thomaz, são subordinadas a Providencia divina, pois que Deus ordena cada cousa por si (33)». Deve dizer-se mesmo, como observa Estiuz, que Deus provê por si a execução dos decretos de sua Providencia, posto que sirva-se das causas segundas, e que obre por seu intermedio. Assim Deus provê immediatamente a todas as cousas porque opera em cada uma d'ellas immediatamente, isto é, por sua virtude e sua substancia e sem nenhum intermediario. O que prova que o poder divino, do mesmo modo que sua essencia, está intimamente presente em cada cousa, sem depender em nada de uma causa qualquer (34)».

Emfim, comquanto que a divina Providencia encerre cada cousa, Deus as governa diversamente segundo a diversidade de sua natureza (35). «Tudo o que existe, diz S. Thomaz, tem necessidade da Providencia, de seu Creador; é indispensavel a cada cousa, em razão sobretudo de sua natureza propria, e do fim que deve attingir (36)». Por exemplo, as creaturas racionais que obram por si como tendo o dominio de seus actos, são dirigidas por Deus de um modo particular, porque «são induzidas ao bem e afastadas do mal por preceitos e prohibições, por penas e recompensas. Quanto as creaturas irracionais, que são conduzidas e que não se conduzem por si, não são governadas por Deus do mesmo modo (37)».

Depois de demonstrada a existencia da Providencia, vamos responder aos argumentos dos que tentam negal-a.

É manifesto, como prova-o a experiencia de todos os dias, que os impios levam uma vida feliz neste mundo, e que os justos pelo contrario são opprimidos por innumeraveis misérias. Ora este facto repugna a existencia de uma Providencia que certamente seria justa, se existisse. Logo não ha Providencia. «Desde que se falla em Providencia, dizia Origenes, muitos, perturbados por ver o que succede aos bons e aos máus, cahiram no erro de que não existe Providencia (38)».

Não é verdade que os bons sejam sempre

(25) Moral Lib. XVI.

(26) Contr. Gent.

(27) De Provid. Orat. II.

(28) Cont. Gent. Lib. III.

(29) Cont. Gent. Lib. III.

(30) Con. Gent. Lib. III.

(31) De Off. Lib. I.

(32) Enarr. in Psalm.

(33) Cont. Gent.

(34) C. G.

(35) C. G.

(36) Athén. De Resur.

(37) Con. Gent.

(38) Cont. Cels.

infelizes, e que os máos naveguem sempre em um mar de prosperidade; quer porque é falso que os máos gozem de uma felicidade perfeita no meio das delicias e das volupias corporaes, e que os homens virtuosos sejam infelizes no meio das miserias que os cercam: porque é certo, pelo contrario, que os primeiros são ordinariamente perseguidos pelos remorsos da consciencia e pelas inquietações, enquanto os segundos gozam de uma grande paz mesmo nas suas miserias. Emfim, porque a infelicidade visita o justo nesta vida, e porque os bens terrenos são partilhados pelos máos, não se tem razão por isto nem para accusar Deus de injustiça, nem para negar sua Providencia, é pelo contrario um motivo de mais para bendizer sua soberana justiça e sua bondade suprema. Porque isto prova que a acção da divina Providencia se estende além dos limites desta vida, e que Deus reserva para si distribuir a uns e outros, aos bons e aos máos, em uma outra vida. recompensas ou castigos segundo seu merito. «Se Deus castigasse aqui com uma pena manifesta toda falta commettida, diz Santo Agostinho, se poderia acreditar que nada fica reservado para o juizo final». Mas, como não existe homem algum de tal modo bom que não peque alguma vez, nem homem de tal modo máo que não pratique alguma acção moralmente boa, é justo que os bons soffram nesta vida alguma pena temporal e que os máos recebam a recompensa temporal do bem que fizeram. «O que soffrem os christãos nesta devastação do universo que não lhes seja proveitoso, se reflectem seriamente? Meditando sobre os peccados cuja punição attrahe tantas calamidades sobre o mundo, reconhecem com humildade que, sem merecer ser confundidos com os grandes criminosos, os escandalosos e os impios, entretanto não são de tal modo estranhos a toda falta que não mereçam ser castigados com penas temporaes (39)». O mesmo Santo Agostinho diz: «Approuve a divina Providencia preparar aos bons, no futuro, bens de que não gozaram os máos, e preparar aos máos castigos que não soffrerão os justos (40)».

Accrescentamos que, se a virtude fosse sempre recompensada nesta vida e o crime castigado, os homens seriam levados a praticar a virtude por uma affeição toda servil e se absteriam do mal sómente pelo temor do castigo; o que destruiria o fim conveniente que todo homem deve propor-se em suas acções moraes. Como diz o mesmo Doutor: «Se Deus concedesse as prosperidades temporaes a todos aquelles que lh'as pedem, acreditaríamos que Deus deve ser servido unicamente por suas recompensas; ora uma tal obediencia, longe de augmentar nossa piedade para com Deus, só faria nos tornar cupidos e avaros (41)».

Accrescentamos que Deus permite a prosperidade dos máos, affim de que a consideração dos bens que teem recebido e o exemplo dos homens virtuosos os conduzam a uma vida mais honesta; e os homens de bem são provados pela infelicidade para que se fortaleçam no exercicio das virtudes. «A paciencia divina, diz Santo Agostinho, convida os máos a peniten-

cia, como os flagellos de Deus ensinam a paciencia ao homem de bem (42)». S. Gregorio o Grande acrescenta: «O Deus todo poderoso castiga alguns homens para instrui-los castigando-os, e para fornecer a outros occasião de praticar boas obras (43)». Por conseguinte devemos considerar os bens e os males desta vida como meios para adquirir a felicidade futura.

Assim vê-se que, a objecção que renovam continuamente, foi refutada ha muito tempo pelos Santos Padres; por consequencia Bayle não pode ser desculpado quando affirma que ainda não se deu uma resposta satisfactoria a tal difficuldade (44). Emfim, negar a Providencia de Deus, sob pretexto de que não conhecemos todos os seus effeitos, seria uma loucura tão manifesta como por em duvida uma multidão de phenomenos que cahem debaixo de nossos sentidos, porque não conhecemos suas razões, suas causas. É por isto que depois de ter mostrado por muitos exemplos «que a desigualdade que nos desagrada nas cousas deste mundo achava em Deus sua justificação, «S. Gregorio de Nasianzeno observa, com muita sabedoria, que aquelles que duvidam da Providencia, «assemelham-se a estas pessoas que, tomadas de vertigem, acreditam que todos os objectos andam á roda», «porque a Providencia divina encerra todo o conjuncto das cousas creadas, que são tão numerosas e tão diversas, e fal-as todas concorrerem para a mesma ordem, posto que a major parte seja não só dissimilhante, mais ainda contraria (45)». Assim pois nada de mais insensato, do que negar a Providencia, porque a razão de certos factos escapa ás nossas investigações, quando se percebe o mais claramente possível que nada existe que não seja regido por ella.

Escutemos S. Thomaz: «Posto que ignoremos com que fim a Providencia divina distribue as cousas, não é duvidoso entretanto que a razão, segundo a qual Deus governa os bens e os males que succedem, não seja equitativa. E, porque não comprehendemos sempre esta razão, será um motivo sufficiente para declarar que ha desordem e confusão nos acontecimentos deste mundo? Este procedimento assemelha-se ao de um homem que, entrando na officina de um artista, criticasse, porque não percebe a utilidade, a multiplicação dos instrumentos que são perfeitamente conhecidos por aquelle que está iniciado nos segredos do officio (46)». As seguintes linhas de S. Agostinho contem a mesma observação: «Se alguém fosse de tal sorte myope que sua vista só podesse alcançar a menor divisão de um mosaico, accusaria o artista de ignorar as regras da ordem e da composição, figurando-se que a variedade dos marmores não é justificada, porque seria incapaz de vêr de que modo os diversos ornamentos concorrem a formar uma figura unica de uma grande belleza. Succede alguma cousa de semelhante aos sabios que, julgando-se incapazes, visto a fraqueza de sua intelligencia de conhecer e de considerar a ordem e a harmonia do universo, creem descobrir nelle alguma grande

(39) De Civit. Dei. Lib. I.

(40) De Civ. Dei. Lib. I.

(41) De Civit. Dei. Lib. I.

(42) De Civit. Dei.

(43) Moral. L. b. VII.

(44) D. ct. H. st. e. Crit.

(45) Strom. L. b. IV.

(46) Q. d. spp.

desordem, porque encontram um facto que excede sua concepção (47).

Ha muitos acontecimentos fortuitos no mundo. Por conseguinte tudo não é governado por uma Providencia divina.

Ha muitos acontecimentos que succedem independentes de causas particulares, mas não que succedam em opposição á ordem do governo divino. É a resposta de S. Thomaz: «Certos acontecimentos são chamados casuaes relativamente ás causas particulares independentes das quaes succedem: mas relativamente á divina Providencia, nada ha de casual e de fortuito». Pode succeder, e não é raro o caso, que um acontecimento seja fortuito para as causas inferiores, em quanto não o é para a causa superior. Eis o exemplo que dá S. Thomaz: «Se dous creados de um mesmo senhor, cada um ignorando a missão do outro, são enviados a um mesmo lugar, seu encontro considerado relativamente aos dous creados, é realmente fortuito, pois que se dá independente da intenção de um e de outro; mas, se refere-se-o ao senhor que tinha-o preordenado, vê-se que longe de ser fortuito, tinha sido determinado por elle». Ora as cousas se passam assim quando succede no mundo um destes acontecimentos que chamamos fortuitos; porque «certos effeitos podem sem duvida produzir-se independente da ordem de uma causa particular, mas não da causa universal. Se algum facto succede em opposição ao que devia resultar da causa particular, é preciso procurar sua razão em uma outra causa da mesma ordem que serviu de obstaculo e que ella se refira á causa primeira. Por exemplo, a indigestão succede contra a ordem da força nutritiva, em consequencia de alguma causa estranha que paralysa sua acção, tal como a qualidade dos alimentos, mas que se refere a uma outra causa, assim seguidamente, até que se chegue á causa primeira universal. Ora, como Deus é a causa primeira universal, não só de um genero de sêres, mas de todo sêr sem excepção, é impossivel que uma causa se produzaa contra a ordem de seu governo. Porque, se uma cousa parece sahir da ordem da divina Providencia, considerada relativamente a alguma causa particular, entretanto deve voltar para a ordem providencial pela acção de uma outra causa. Por conseguinte podemos concluir que tudo o que succede accidentalmente, quer nas cousas da natureza physica, quer nos factos humanos, deve ser referido a uma causa preordenadora que é a Providencia de Deus».

Se a Providencia de Deus se estende a todos e a cada um dos acontecimentos deste mundo é fazer injuria á vontade divina intervir por si ou pelos outros no governo dos negocios; segundo este principio, aquelle que adoece não deve procurar a saúde na medicina, porque tudo deve ser abandonado a acção providencial de Deus. Ora o consequente é falso: logo o antecedente o é tambem.

Com effeito, «A divina operação não exclue as operações das causas segundas; e Deus regula as operações de cada cousa segundo as propriedades de sua natureza; é por isto que, esperar o auxilio de Deus nas cousas em que se pode sahir do embaraço por suas proprias forças, sem nada querer fazer para isto, é tentar a Deus e portar-se como insensato. Porque per-

tence á divina bondade provêr a tudo, não fazendo immediatamente cada cousa, mas dando a cada uma dellas os meios de produzir seus actos proprios. Deus, com effeito, dirige por si todos os seres a seus fins, mas serve-se das causas segundas para a execução dos meios que podem conduzil-os. Por conseguinte não é preciso suppôr, deixando de lado as operações pelas quaes podemos provêr as nossas proprias necessidades, que o auxilio divino fará tudo: isto repugna á Providencia e á bondade divina. O que é exigido d'aquelle que reconhece a divina Providencia, é que confie e attribua a Deus todo o successo de seu trabalho e que adôre seus designios em todas as cousas com um grande espirito de submissão». O mesmo S. Doutor acrescenta: «O resultado de nossos actos depende da divina disposição. Por conseguinte o Senhor nos ordena de não ficar inquietos sobre o que não nos pertence, isto é sobre o exito de nossas acções; mas não nos prohibe de nos preoccupar do que nos diz respeito, isto é, da propria operação».

Estas mesmas razões podem nos servir para confundir aquelles que negam a Providencia divina, sob pretexto de que os interesses de cada um são mais ou menos bem salvaguardados segundo a habilidade, ardor e mesmo astucia desenvolvidos por que os gere. Porque o supremo dispensador sabiamente regulou que o exito dependeria a maior parte das vezes dos cuidados industriaes do homem, afim de que longe de se corromperem na ociosidade, os homens fizessem uso da razão e das forças que receberam.

Si admitte-se a Providencia divina cujos decretos não podem ser vãos, desaparece nossa liberdade; nada ha mais de contingente no mundo, mas as cousas não podem ser ou não ser differentes do que são. Logo...

É falso o antecedente. Com effeito, posto que não só os effeitos, mas ainda as causas e os modos de ser das cousas sejam submettidas á Providencia divina, de nenhum modo resulta dahi que todas as cousas sendo governadas pela Providencia, nada resta ao poder da vontade humana; porque as cousas são governadas por Deus de tal sorte que nossa liberdade fica intacta (48). Em segundo lugar, ella não exclue a contingencia das cousas: de facto Deus providenciou de modo que as cousas succedessem umas necessariamente e outras contingentemente. Deus, diz S. Thomaz, «preparou para certos effeitos causas necessarias, e para outras causas contingentes, afim de que succeddessem necessariamente ou contingentemente segundo a condição de suas causas proximas». Por conseguinte a acção dos decretos divinos de nenhum modo é frustrada, pois que «tudo succede do modo que elle previu, isto é necessariamente ou contingentemente». Com effeito, «si Deus previu que tal cousa será, esta cousa terá lugar como elle previa que ella devia ser. Ora, si previu que tal cousa succederá contingentemente, succederá infallivelmente de um modo contingente, e não de um modo necessario (49)».

Antes de terminar, devemos examinar ainda se deve admittir-se a existencia do destino, *fatum* e sobre o qual a irraginação dos philosophos e a dos poetas antigos tanto se exercitou em proveito da superstição (50).

(48) Cont. Gent. Lib. III Cap. 94.

(49) Cont. Gent. Lib. III Cap. 24.

(50) Brouwer. Com. de Sophoc.

(47) De Ordin. Lib. I c. I.

Este nome de destino póde ser empregado em um sentido verdadeiro e christão, quando se designa sob este nome, como o explica Boecio, «esta disposição imutavel das cousas variaveis, segundo a qual a Providencia refere cada cousa á ordem que lhe convem⁽⁵¹⁾»; ou, segundo a explicação de S. Thomaz, quando se designa por esta palavra «a ordenação das causas segundas relativamente aos effeitos divinamente preparados. E por isto que negar o destino tomado nesta significação, seria negar a divina Providencia⁽⁵²⁾».

Mas, não é n'este sentido, diz. S. Agostinho, que se costuma tomar ordinariamente esta expressão⁽⁵³⁾. Porque, sob este nome de destino ou fatalidade *fatum*, significava-se uma indeclinavel e absoluta necessidade que teria sua origem na natureza e não na vontade de Deus; ou então entendia-se pelo curso perpetuo das causas e dos effeitos que Deus esstabeleceu, mas sob o imperio da necessidade, e d'onde resultam necessariamente todos os acontecimentos deste mundo, de sorte que não podem nem ser interrompidos, nem ser mudados pelo poder do proprio Deus; ou então ainda se tratava de uma certa fatalidade astrologica, que queira que o destino futuro de cada homem dependesse de tal modo da posição dos astros, em seu nascimento, que fosse possível predizel-o de um modo infalível e certo.

Por conseguinte, posto que sob o nome de destino possa entender-se a divina Providencia dirigindo todas as cousas, que se fazem no mundo segundo a natureza e a condição das causas de que procedem, isto é, as livres livremente e as necessarias necessariamente, contudo «não é bom servir-se d'esta expressão, para não parecer empregar um termo familiar áquelles que lhe dão um sentido falso». Emfim concluímos que se tivéssemos de destruir ou a liberdade pela Providencia, ou a Providencia pela liberdade, não saberíamos por onde começar, tanto estes dous principios são necessarios, e tão evidentes e incontestaveis as ideias que temos delles.

○ ○ ○

BIBLIOGRAPHIA

Pensamentos Brasileiros, Vicente Licinio Cardoso, Annuario do Brasil, Rio.

Por um desses dias sombrios de pessimismo, em que a incerteza sobre os destinos de nossa civilização me atormentava o espirito, mais do que de costume, confessava eu a um companheiro de crenças religiosas todo o meu scepticismo quanto á acção dos nossos homens de pensamento na construcção de uma cultura essencialmente brasileira. Eis sinão quando vislumbrei na face do meu amigo — que aliás não concordava com o meu modo de pensar — todos os signaes de um intenso enthusiasmo.

— Não, disse-me com vóz tremelicante de gozo, V. não tem razão: leia as obras do Licinio Cardoso, medite-as bem, e diga-me depois si ainda desespera da nossa intellectualidade; fique certo desde já que elle é o nosso Carlyle!

Deante de um tão grande enthusiasmo nada quiz responder, pois «prezando demais as palavras para brincar com ellas», não seria lealdade de minha parte discutir as idéas desse novo genio nacional, sem que primeiro as conhecesse bem.

Corri immediatamente ás livrarias, comprei tudo o que havia do festejado escriptor, e puz-me a lêr com a mais cuidadosa attenção todos os seus commentarios, incontestavelmente curiosos, pelo meos quanto á profusão dos nomes citados em todos os periodos.

Já estava disposto a abandonar a leitura, pois não encontrava o menor indício de semelhança com o auctor dos «Heroes», quando afinal me convenci de que o meu amigo tinha um pouco de razão: realmente, ha alguma cousa de Carlyle no Sr. Vicente Licinio Cardoso. Do mesmo modo que o genial apologista de Mahomet e de Luther, S. S. crê, por exemplo, na formidavel influencia historica dos grandes homens.

Entretanto, seu enthusiasmo é muito maior, pois numa promiscuidade verdadeiramente modernista impõe ao pobre Spinosa a intoleravel visinhança de Roosevelt; e ao infelicissimo Pascal a amavel companhia do mais famoso fabricante de automoveis dos nossos dias.

Pena é que um estudo sobre Carpentier, Dempsey ou Sarrasani, não completasse a serie de tão admiraveis heroes!...

Ha um livro do Sr. Licinio Cardoso que me impressionou de modo diverso á medida que me aprofundi na sua leitura: é o seu livro «Pensamentos Brasileiros».

Logo á primeira pagina fiquei optimamente impressionado, pois o nosso Carlyle numa confissão franca e corajosa declara pertencer ao pequeno partido dos que procuram crear um «humanismo brasileiro».

Infelizmente, não corresponde o livro á grandeza da these: é que os elementos apresentados pelo Sr. Licinio já deram perante a historia uma prova tristissima do seu valor.

O erro jámais póde ser fonte de vida. E si assim é, não seria ingenuidade ligar á creação do humanismo brasileiro o destruidor espirito lutherano?

Perdoe-me o nosso ex-futuro humanista, mas apontar-nos Luther, como o homem que deveria ser meditado como exemplo de sinceridade, de coragem, de enthusiasmo são, é dar provas de ignorancia historica, já que se não póde attribuir má fé a quem «preza demais as palavras para brincar com ellas»...

Sob qualquer ponto de vista que se considere, o lutheranismo é fonte de desordem e de aniquilamento, é uma verdadeira «sedição do individuo contra a especie», como tão bem já observára Augusto Comte.

Quebrando a disciplina espirital do mundo, enfraquecendo o principio de auctoridade, dissolvendo os costumes, destruindo o bom gosto esthetico, a doutrina de Luther é a origem de toda a anarchia do mundo contemporaneo!

Não ha uma só instituição, uma só nacionalidade, um unico paiz, que tenha conhecido impunemente as falsas promessas do protestantismo.

(51) De Conso! Lib. IV.

(52) Cont. Gent. Lib. III Cap. 93.

(53) De Civit. Dei. Lib. V.

A propria Allemanha, que o Sr. Licinio Cardoso apresenta como o typo da nacionalidade formada e robustecida pelo espirito lutherano, foi, no entanto, a mais sacrificada de todas.

Quem assim o affirma é a mais pura verdade historica, são autores mais que insuspeitos.

São do proprio Laurent — que o illustre ensaista cita na defeza de suas idéas — estas palavras bem expressivas: «A Reforma foi uma revolução. Mais do que qualquer outra, trouxe consigo um damnosos cortejo de sangue e de ruínas... na Allemanha uma guerra de 30 annos que atrazou a sua civilização de um seculo; por toda a parte, scismas e odios que dilaceraram a christandade e ainda hoje se não extinguiram».

E de modo não menos incisivo se expressa o protestante Doysen: «Nunca houve uma revolução que causasse mais profunda e miseravel ruína. Como numa batalha, tudo foi desorganizado e posto em duvida, primeiro no campo do pensamento, depois, pelas consequencias rapidamente deduzidas, em todos os estados, em todas as disciplinas, em todas as ordens».

«O commercio, a agricultura, a industria, diz Leconel Franca, foram aniquilados; apenas Hamburgo, Bremen e Lübeck, sem conservarem o antigo esplendor, sobreviveram á ruína geral. O territorio patrio foi retalhado e dividido entre as potencias inimigas: Suecia apoderou-se de varias provincias do norte, França annexou a Alsacia e a Lorena».

Que era a Allemanha catholica, antes da Reforma?

«A historia dos seculos XIV e XV, observa Schönberg, attesta-nos um surto no trabalho profissional e um bem estar commum dos operarios como juntos não se encontram em nenhuma outra época. É tempo de rasgar o véu estendido sobre o estado economico desse periodo historico bem como sobre os tão falsos quaõ indignos preconceitos acerca do operario allemão da idade media».

E segundo Philippon, «no começo da idade moderna era a Allemanha um dos paizes mais industriosos, mais povoados e mais ricos do mundo. Os proprios filhos da culta Italia admiravam o numero dos seus habitantes, o seu bem estar, a sua auctoridade profissional».

Interessante é que o Sr. Licinio Cardoso affirma certas cousas de que absolutamente não tem o menor conhecimento.

Assim é que depois de attribuir á ausencia de misticismo no povo allemão um papel importante na disseminação do protestantismo, chega mesmo a desafiar que se aponte um mystico notavel entre os allemães.

Mas Sr. Licinio, porventura, não é um facto que se não discute mais, que a raça germanica é uma das mais mysticas do mundo?

Que foram João de Tauler, Henrique Suso, Eckart, Ruysbroeck, Otto de Passau, Thomas Kempis, Landsberger, senão grandes mysticos?

E não é só isso, a Allemanha possuiu santas extraordinarias, mysticas de primeira grandeza, como por exemplo, Catharina de Emmerich e Santa Gertrudes. Esta ultima, por uma coincidência não muito agradavel ao Sr. Licinio Cardoso, nasceu em Eisleben, na Saxonia, isto é, na mesma cidade em que nasceu Luthero.

Nada, entretanto, irrita mais, do que o desprezo com que se referem á escolastica, pessoas que não tem a menor idéa do que ella seja.

Assim, o Sr. Licinio, para não fazer excepção á cultura brazileira, tão atrazada em idéas geraes, mostra não ter a mais ligeira noção da philosophia medieval.

«...a escolastica, diz elle, esgotada depois de tantas discussões e digressões tornadas estereis e innocuas».

Ora, quem assim se exprime, mostrando tanta ignorancia no assumpto, pôde ser levado a serio por quem tenha algum conhecimento de philosophia? Isso então é que se chama «prezar as palavras»? Isso é que é amor da verdade?

É bem possivel que não sómente ao nosso illustre humanista, como tambem aos que no nosso meio intellectual ainda crêm na inutilidade da escolastica e no obscurantismo da idade media, seja de grande proveito a meditação destas palavras tão significativas de Jacques Maritain:

«Depuis le temps où l'on enseignait au collége que le moyen âge a été une longue et ténébreuse interruption de la culture, l'histoire, même officielle, a fait de sensibles progrès. Non seulement les amis de la beauté sensible, mais les savants et les philosophes, que dis je, la Sorbonne elle-même, professent aujourd'hui que le moyen âge — en particulier le XIIe et le XIII siècle — a été l'une des plus hautes périodes de civilisation rationnelle. M. Duhem nous avait déjà montré chez les docteurs de l'Université de Paris les précurseurs de Vinci et de Galilée. M. Gilson explique à ses élèves *«la Somme contre les gentils»*. On s'aperçoit que la scolastique n'a pas été cette discipline stérile et toute verbale qu'il est si facile de réprover quand on l'ignore, mais un approfondissement merveuilleusement actif et subtil des problèmes que nous importent le plus».

Escolastica, pois, caro Sr. Licinio, não é um jogo de palavras vãs de sentido, nem um conjunto de affirmações que não repousam em nenhuma realidade, em nenhum conhecimento sério. Ella é pelo contrario, a philosophia do ser. As verdades fundamentaes da vida que ella consegue attingir, não são meras construcções ou phantasias de nossa imaginação, e sim obra exclusiva da razão, exercendo-se sobre as realidades da natureza.

Veja o Sr. Licinio que as palavras são perigosas, e que não é, impunemente que se «brinca com ellas»...

Si realmente deseja S. S. crear um «humanismo brazileiro», faça-o, pois o ideal é dos mais nobres, e certamente não lhe faltarão applausos nem cooperadores.

Mas uma base é necessaria, é indispensavel: é preciso respeitar a verdade, porque ella, sómente ella, pôde ser fonte de vida.

HAMILTON NOGUEIRA.

«A Pregação de Jesus» — Dr. João Pedreira do Couto Ferraz — Rio, 1925.

Temos em mãos o segundo volume de uma grande obra emprehendida pelo Sr. Dr. João Pedreira do Couto Ferraz sobre a pregação de Nosso Senhor Jesus Christo.

A obra é grandiosa em si mesma. Segundo o projecto esboçado, deve se desenvolver em quatro volumes, estando, portanto, com o pre-

sente, a meio caminho. O plano a que obedece, não podia ser mais inteligente e instructivo. O Auctor começa pela citação evangelica desse periodo da vida do Salvador, precisando a epoca e logar. Entra depois a fazer a narração dos episodios. A seguir, tira as conclusões doutrinarias ou apologeticas que o facto encerra, completando ainda com algumas notas que ajudam a sua comprehensão.

O livro está escripto em linguagem simples e escorreita. A feição material é cuidada e attrahente. Bellissimas gravuras illustram o texto.

«A Pregação de Jesus» é, sem duvida nenhuma, obra de grande folego e de real benevolencia.

Não conhecemos nada em nossa literatura que se lhe possa comparar, nem mesmo na literatura portugueza. Imaginamos os sacrificios que terá custado ao seu abnegado Auctor. É justo pois, como uma consoladora compensação a tão generoso esforço, os catholicos se interessem pela obra e façam a sua propaganda e a sua acquisição. Mas devem fazer a sua leitura porque ahi encontrarão muito com que se illustrar e se edificar.

P. G.

—o—

LETRAS FRANCEZAS

NOTICIA SOBRE A REVIVESCENCIA LITERARIA DO CONDE DE GOBINEAU

Os letrados brasileiros não têm sem prevenção o nome de Gobineau, e, cumpre dizê-lo, justificadamente. Durante alguns decennios só o ethnólogo foi celebre, em Gobineau, mas celebre d'uma celebridade um pouco suspeita, um pouco ridicula. Ora, fôra o ethnólogo quem escrevêra, acerca da elaboração ethnica observada no Brazil, as paginas mais inintelligentes, mais carregadas de preconceitos que imaginar se possam.

Figuram aquellas paginas numa obra repleta de vistas perspicazes, de aguda analyse, de maravilhosas intenções, porém falseada em seus fundamentos pelo mais curioso daltonismo, o mesmo que assaltou mais tarde Demolins, o da superioridade dos anglo-saxões. O «Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas» foi causa, por motivos de ordem politica e sentimental, da campanha de silencio contra Gobineau movida nos paizes latinos, sobretudo em França, sua patria, e, em compensação, do extraordinario renome grangeado na Germania onde as edições de suas obras, traduzidas, multiplicavam-se largamente.

Contribuir para a gloria dum francez que apregoava a inferioridade ethnica de sua propria nação, em confronto com a delles, germanicos, foi arma de que se valeram para evidenciar a intolerancia franceza, que sacrificára ao seu espirito de intransigente nacionalismo uma grande figura de pensador e de artista.

Tudo isso parece muito simples e muito claro. O phenomeno é, porém, mais complexo. Não se tratou apenas de boycotter um francez que desprezava sua raça ao ponto de imaginar

para si proprio uma ascendencia germanica mythica, n'aquella interessante «Historia de Ottar Jarl». Na realidade crearam-se contra Gobineau graves mal-entendidos.

Gobineau era diplomata, delicioso palestrador, amator esclarecido de artes plasticas. Sua obra mais conhecida, a unica conhecida pôde-se dizer, era o ensaio sobre as raças, tido por obra de ideólogo, de maniaco. Advem-lhe fama de dillettante. Julgaram-no mediocridade exaltada pelas emanações vagas do mysticismo germanico, e tomado de aberrante furôr anti-francez. O caracter especial d'aquella obra, cheia de expressões technicas e de immensa erudição, affastava os espiritos timidos ou mal informados.

Sabia-se, muito imprecisamente, que publicára obras literarias. Considerava-se tudo como sendo de «amador». O ruido que se fazia na Allemanha em torno do seu nome só contribuia para tornal-o mais suspeito e antipathico aos francezes, como acontece hoje com o de Romain Rolland.

Havia, porém, outras razões para a não viabilidade momentanea da gloria de Gobineau. O ambiente que se formou em França após a guerra de 1870 só podia ser desfavoravel ao autor do «Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas», quando os Deroulède preparavam terreno para os Barrès futuros. O jacobinismo complicou-se do democratismo mais burguez e grosseiro. Que atmosphaera para um aristocrata, de raça e de espirito!

Aquelle classico pareceu incolôr aos admiradores do Hugo dos «Châtiments», máu, secco de alma, aos leitores dos «Miseraveis», aos futuros tolstoistas, pareceu pouco artista aos que iam crear o symbolismo. Diria melhor: *pareceria*, porque, em verdade, não o lêram.

Sabia-se vagamente dum diplomata, homem illustrado, fino, sceptico, que era amigo do imperador do Brazil, de Wagner e de Nietzsche. Poucos haviam lido o ensaio sobre as raças, e mal.

A França, victoriosa em 1918, foi generosa. Gobineau reviveu. Quem parecia votado a apenas excitar a curiosidade ociosa d'algum erudito e d'algum bibliophilo, attingiu o grande publico e empolgou-o. As reedições de suas obras, das mais luxuosas ás populares, exgotam-se. Têm-se escripto obras numerosas sobre sua personalidade e sua obra.

Veremos mais tarde as determinantes essenciaes desse curioso destino literario, o motivo desta revivescencia surprehendente, o segredo de sua penetrante capacidade de seducção artistica, e a causa de sua incapacidade de influencia sobre nós, de hoje.

ANDRADE MURICY.

Essai sur Voltaire — André Bellesort
— Perrin et Cie. — ed. Paris, 1925.

O autor consagrado do ensaio sobre Balzac, dá-nos um outro livro admiravel, desses que educam o gosto, apuram a sensibilidade literaria, aguçam o espirito, sem animar pervertção alguma, apesar do thema actual ser um dos mais perigosos e tentadores.

O catholico que desejar CONHECER Voltaire, sem se temer de encontrar mais de uma vez com o seu elogio, deve ler o livro de Bellesort. A belleza, a grandeza e a fortaleza de nossa fé, como que avultam na visão do homem sereno, que não precisa diminuir o gênio demoniaco, para mostrar quão longe fica a vaidade de um homem, seja elle quem fôr, do poder abalar sequer a base de realidade sobre que repousa o Christianismo.

J. de F.

— 0 —

LETRAS ESTRANGEIRAS

La Vie et l'Oeuvre de Dostoïevsky. — Serge Persky, ed. Payot, Paris, 1924.

Livro grandemente recommendavel, porque nenhum, que saibamos, põe em tão forte relevo o caracter essencialmente religioso da obra de Dostoïevsky.

Como se sabe, o genial romancista russo, foi ao contacto da injustiça e da humilhação que elle comprehendeu que uma e outra são necessarias ao homem, para que entre na posse da verdade; mais ainda: não só a dor o tornou capaz de penetrar mais intimamente as obscuras dores do mundo, como o fez sentir em toda a sua extensão e profundidade o valor da fé, como sustentaculo do homem mediocre e como força transfiguradora do soffrimento em paz, ou pelo menos, em energia interior, no homem de sensibilidade, no homem de genio, enfim. A evolução espiritual de Dostoïevsky se deu, tendo como ponto de partida o nebuloso idealismo russo, filho da revolução, ou melhor, nascido do contacto entre o christianismo e o putrido philosophismo nascido da Reforma. Elle veio a integrar-se novamente no mais exaltado amor pelas formas tradicionaes da egreja russa, que, como se sabe, guarda grandes verdades do primitivo corpo da Egreja Catholica, de que só se separou para soffrer e diminuir-se, como é evidente a todo homem de boa fé. Mesmo os catholicos, porém, retirarão grandes vantagens moraes da meditação de uma vida tão dramatica e tão intensamente religiosa como a de Dostoïevsky. Ella é, de si mesma, uma apologia do christianismo.

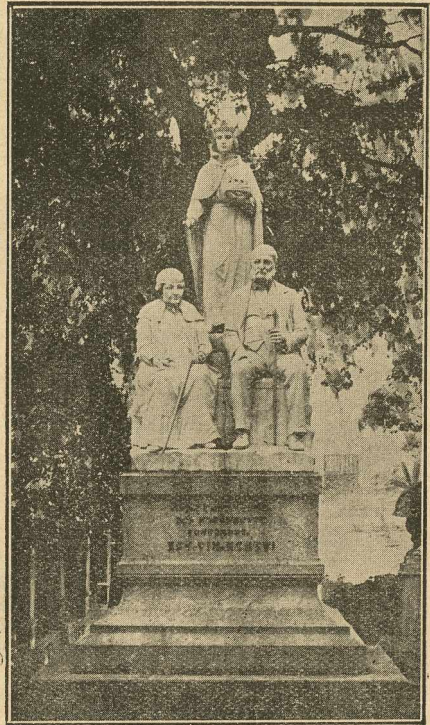
J. de F.

○○○

UMA BENEMERITA ASSOCIAÇÃO

A Associação do Asylo S. Luiz para a Velhice desamparada commemorou a 25 de Agosto p. passado mais um anniversario de sua fundação. Actualmente essa utilissima instituição é nesta capital um grande centro de Caridade e o augmento consideravel dos seus associados demonstra o merecimento e o apoio que o Asylo vai grangeando entre nós, pelos innumeros beneficios que presta á velhice desampa-

rada. O cliché que apresentamos aos nossos leitores, é o «monumento dos velhos» existente na Alameda principal do Asylo. Esse monumento é de marmore e foi executado em Florença. Representa o Santo Patrono — S. Luiz — Rei de França — entre dous velhos asylados que viveram e morreram no Asylo.



A actual directoria não tem poupado esforços para o desenvolvimento da instituição, continuando a tradição e o exemplo das anteriores.

Todos os catholicos do Rio de Janeiro devem estar sempre lembrados de que ajudar a esse Asylo é assegurar a milhares de pobres creaturas, um resto de vida socegada e encaminhada para o seio de Jesus Christo.

○○○

OS NOSSOS LIVROS

A Doutrina da Ordem, de Hamilton Nogueira.

A respeito deste livro, o A. B. C., semanario politico que se publica nesta Capital não só se expressou com palavras elogiosas, como tambem d'elle transcreveu tres capitulos.

Eis a opinião desse semanario:

«Contra a palavra de ordem da desordem espiritual e politica que vem sendo pregada no Brazil, (preludio li era io das mashorcas de quartel e das bandeiras que flagellam as villas

inermes do sertão), alguns homens de cultura e de fé reconhecem que é preciso oppôr algo mais do que as medidas de punição legal. A mesma acustica sonora que propaga as theorias dissolventes, as palavras de incredulidade e de rebeldia, poderá transmitir ainda mais vibrantemente os ensinamentos da moral, as idéas de disciplina e de harmonia sociaes. Não são sómente as carabinas fumegantes que podem restabelecer a supremacia do principio de autoridade e preparar o advento de uma paz forte no paiz. A rendição imposta pelas armas não é tudo. Mais do que combatentes, o momento actual exige doutrinaes, pedagogos de civismo, homens de crença e de pensamentos puros capazes de vencer o dissolutismo de sentimentos que vae dominando a consciencia collectiva do Brazil. Infelizmente raros são os escriptores nossos que se compenetraram dessa missão de educação que a patria espera da sua intelligencia, da sua cultura. No pugilo quantitativamente insignificante, mas suggestivo quanto á qualidade, dos publicistas que collocaram a propria penna ao serviço de um idealismo constructor, em conflicto acceso com as materialidades de um anarchismo esteril, destaca-se a figura de um novo belligerante intellectual. O sr. Hamilton Nogueira surge na arena com a bravura de um campeador audacioso. Em um livro de coragem *A Doutrina da Ordem* elle define nitidamente a genealogia dos males que conturbam nesta hora a alma brasileira. Catholico integral, como o qualifica o sr. Jackson de Figueiredo, num prefacio lapidario, o sr. Hamilton Nogueira denuncia o agnosticismo da Republica como o factor maximo das crises e desastres que nestes ultimos annos tem ameaçado a existencia do regimen democratico. Elle enfrenta intrepidamente o chamado liberalismo, rotulo da licença e da insubordinação, analysando, com um penetrante senso philosophico a sua influencia desagregadora no seio das sociedades politicas. Nas fulgurantes palavras vestibulares, Jackson de Figueiredo cita uma phrase de Disraeli o qual dissera que o que faz a força da Inglaterra é que lá os homens de bem não têm menos coragem que os canalhas. Hamilton Nogueira é dos que nada temem. *A Doutrina da Ordem* é, a um tempo, uma obra de catechese e um requisitorio vehemente contra os preconceitos liberaes que instituiram o Estado hereje».

Sobre a mesma, obra *A Noticia* desta Capital no dia 1.º de Setembro de 1925 emite os seguintes conceitos:

«O Sr. Hamilton Nogueira é um dos nossos homens de pensamento que vêem com apprehensões a onda de desagregação e rebeldia que sacode o espirito das multidões neste momento. E dos que encaram com decisão e seriedade de propositos a necessidade de uma larga e fecunda campanha de reacção moral, capaz de conter a avalanche das idéas perturbadoras e dissolutorias com que a demagogia ameaça a estabilidade das instituições. O reflexo da desorientação contemporanea sobre a psyché ainda tumultuaria e incerta do nosso povo, inquieta-o e alarma-o.

Nasceu dessa apprehensão o livro com que o Sr. Hamilton Nogueira acaba de se estréar

na publicistica. Estréa não com o classico volume de chronicas ou de versos, mas com um volume que é propriamente um livro, pela sua unidade de pensamento, pela sua estrutura, pelo amplo desenvolvimento dos seus themas.

O autor é um reaccionario convicto, em religião como em politica, tanto o espirito de uma se projecta sobre o campo de actividade da outra.

Quer oppor ao tumulto e á desordem dos espiritos a disciplina religiosa a que um agnosticismo dissolvente de ha muito vem restringido a efficiencia como força coordenadora e systematizadora das tendencias nacionaes.

É esse o pensamento nuclear dos seus ensaios reunidos no volume de que nos occupamos e subordinados aos titulos de «A Doutrina da Ordem». «O mysticismo de José de Maistre» e «A resurreição de Judas».

Estylisa assim o joven pensador uma attitude de coragem e de autonomia mental, assumindo, em face da sua geração, as responsabilidades de uma bella predicação doutrinar e incarnando uma ordem de idéas precisamente em favor da mentalidade dissoluta e frivola dos contemporaneos.

Estas e outras faces do perfil mental do moço ideologo patricio mereceram o entusiasmo do Sr. Jackson Figueiredo, na brilhante pagina de analyse com que esse illustre pensador prefaciou «A Doutrina da Ordem».

Do Dr. Moysés Marcondes, recebeu o autor d'«A Doutrina da Ordem» a seguinte carta:

«Illustre Dr. Hamilton Nogueira. Concluida a leitura de «A Doutrina da Ordem» venho desempenhar-me da grata obrigação de lhe exprimir todo o meu reconhecimento pelo ensino, que bondosamente me proporcionou, de apreciar e applaudir seu tão notavel quanto opportuno livro.

Para debellar os males da reinante indisciplina espiritual, o remedio especifico é certamente o que se contém nessa doutrina. Propagar a noção salvadora, com a clareza de exposição e força de provas com que o Sr. o fez, é o'ra, além de christã, eminentemente patriótica. Permitta-me, pois, que o felicite pelo cabal desempenho que lhe deu, e que aspire para ella a vasta diffusão de que é merecedora por tão elevados motivos».

Do nosso confrade e amigo Jonathas Serrano:

Rio — 2 — 9 — 1925. Meu caro Hamilton. Seu livro — «A Doutrina da Ordem», que acabo de ler, é, sem contestação, um dos mais caracteristicos da collecção «Eduardo Prado», pelo tom de profunda convicção doutrinar, pela coragem das afirmações sem reticencias, pela seriedade com que discute os assumptos de suas duzentas e vinte paginas.

Quem, como eu, conhece pessoalmente o auctor, pôde bem avaliar neste caso quanto é

fiel a expressão de um pensamento amadurecido na experiencia. Homem, doutrina, o escriptor e a obra, aqui se manifestam numa equação das mais raras.

Não visam as obras do centro D. Vidal lisonjear as tendencias futeis ou francamente anarchicas de uma época sem principios firmes. Pelo contrario; tem por escopo a elevação do caracter nacional. Dentro neste programma não ha como a idéa de ordem para directriz de todas as energias aproveitaveis. Quaesquer que sejam as divergencias em materias secundarias ou de livre discussão, havemos mister concordar todos num ponto fundamental; sem ordem não ha progresso, e a grande doutrina da Ordem é o Christianismo integral, isto é o Catholicismo.

Receba, meu caro Hamilton, com o meu abraço fraternal, o melhor dos meus parabens.

De Almeida Magalhães, um dos grandes espiritos das novas gerações recebeu o autor d'«A Doutrina da Ordem», a seguinte carta:

São José do Rio Pardo, 8 de Setembro de 1925.

Hamilton.

O seu livro, ansiosamente esperado desde que o vi nos annuncios, principalmente depois da leitura do prefacio do Jackson, na «Gazeta de Noticias» que, por feliz acaso me veio aos olhos, — li-o todo com prazer e admiração: — prazer por encontrar nas suas paginas o retrato da sua personalidade e do seu caracter, admiração deante do novo embotante, que se faz cavalleiro sob auspícios tão felizes e se apresenta, no campo de lucta, em pról da causa de Deus e do catholicismo, armado de ponto em branco de invulgar preparação scientifica e philosophica.

Meus parabens pelo livro forte e convincente que é «A Doutrina da Ordem»!

Não devia dizer-lhe mais nada para salientar todo bem que penso desse fruto sazoadado da reacção catholica no pensamento brasileiro.

O seu livro póde ser a base de um programma politico do catholicismo nacional, programma que se impõe, cada vez mais, com a força de uma necessidade inelutavel. Precisamos de ordem.

As sociedades que servem ainda hoje de palco ao que Bougaud chama o «drama doloroso da irreligião» não podem ter ordem; mas aqui, na terra da Vera Cruz, onde o espirito religioso é uma bella realidade, onde o catholicismo póde affirmar-se nas mais fecundas realizações, o estabelecimento da ordem é uma questão de apostolado e apostolado orthodoxo, como o que V. faz nesse livro que pela primeira vez fala seriamente á consciencia politica nacional, como orgão das aspirações da Igreja.

Nem o positivismo, nem tampouco a heresia protestante podem salvar-nos da desordem dominante nas classes dirigidas e dirigentes do Brazil.

V. debateu admiravelmente a questão na primeira parte do livro. Pena é que a tivesse estudado unilateralmente, isto é, só em relação aos governados.

Tirante essa pequena omissão e a pena de morte a que sou absolutamente contrario, tudo no seu livro vale ouro e eu bato-lhe palmas entusiasticas como cidadão eleitor e principalmente como catholico e Terceiro Franciscano que me glorio de ser.

O estudo que V. faz do mysticismo de De Maistre é um admiravel ensaio de critica, muito bem collocado entre o capitulo inicial e a «Resurreição de Judas», e está como que preludiando a doutrina maistreana de que está saturada a ultima parte do volume.

Infelizmente não sou dos que conhecem profundamente toda a obra de De Maistre, mas, apesar desse crime indesculpavel, o pouco que heilido do grande pensador, leva-me a ficar com V. nos reparos que levanta aos exageros de Der-menghem, quanto ao esoterismo do autor das «Soirées».

Gostei muito, tambem, das suas considerações eruditas contrapostas aos que veem no philosopho saboiano um anti-intellectualista. São paginas ricas.

N'«A Resurreição de Judas» culmina a sua eloquencia em verdades que V. expõe vehementemente. Depois de determinar o exacto conceito da intolerancia catholica que, aliás, muita gente bo e que se presume sabia ignora, V. defende essa intolerancia com uma dialectica inconfutavel. Intolerancia, no máo sentido, é a in-solencia criminosa dos inimigos da Igreja, que não perdem occasião de pretender ferir o que, felizmente, é invulneravel.

Estou com V. ainda nos conceitos sobre a democracia. Estas phrases suas não de ficar: «A democracia absoluta é uma louca ficção, é a desordem perpetua!»

«Anarchia, sim, porque democracia e ordem são dois termos absolutamente incompatíveis».

Que se nos aponte um dia de ordem, um dia de tranquillidade, nestes trinta e tantos annos de regimen democratico, em que só se fala em principios liberaes e nos curvaremos diante da evidencia».

Bravos! Bravos!

Todo o seu livro arranca dessas exclamações expontaneas, notadamente quando V., seguindo as pegadas desse grande e nobre espirito que é D. Sebastião Leme, salienta o indifferntismo da *maioria catholica*, cujas «leis, governos, literatura, escolas, imprensa, industria, commercio e todas as demais funções se revelam contrarias ou alheias aos principios e praticas do catholicismo!»

As ultimas paginas do seu livro, fortes como todas as outras, V. as fecha com chave de ouro.

«A Doutrina da Ordem», é livro para grandes edições successivas e deve ser espalhado pelo Brazil inteiro, porque é um repositório de muitas verdades e muitos conceitos que nunca foram ditos com a vehemencia e a expressão que V. os disse.

É de pensadores e publicistas como V. que precisa o Brasil catholico. Só me resta, agradecendo o exemplar que me enviou, dizer-lhe que o seu livro fica em estante predilecta, na minha bibliotheca, bem junto de minha mesa de trabalho para que possa mais facilmente manuseal-o.

Não lhe agradei ha mais tempo porque passei pelo mais doloroso transe da vida, perdendo no dia 18 do passado minha querida Mamãe.

Não sei como consigo supportar a minha dôr! De um abraço no Jackson e no Perillo dos quaes sempre me recordo com saudades. Recomende-me á sua Exma. Senhora e aceite um grande amplexo e os parabens do amigo grato

Almeida Magalhães.

O *Jornal do Commercio*, de 17 — 10 — 925 no seu registro *Livros novos*, assim se exprime sobre a *Doutrina da Ordem*:

«O livro do sr. Hamilton Nogueira filia-se a uma corrente nova, de idéas, que se vem firmando nestes ultimos tempos, dentro de certos principios de reacção e de combate, no seio da nossa literatura.

Elle reflecte nitidamente as tendencias espiritualistas que assignalam o esforço de alguns espiritos, jovens, cujo ponto de contacto entre si é o mesmo enthusiasmo que não parece disposto a ceder uma unica linha dos seus propósitos.

O Sr. Hamilton Nogueira, apesar de muito moço, não tem essa firmeza de principios como unica credencial do seu livro. Ao contrario, revela-se uma intelligencia affeita ao estudo e á meditação, uma intelligencia que tem a volupia das indagações longas tendendo para o robustecimento das suas proprias idéas.

Neste livro de estréa elle denuncia qualidades muito vivas de pensador, de homem que desestima o arruideo vão das formulas a que não correspondam idéas fecundas e seguras. O seu espirito vai todo para o fructo das cogitações literarias, pouco se embellezando com as flores, muitas vezes inuteis, que ficam a beira da estrada a attrahir as admirações faceis e os olhares levianos.

«A doutrina da ordem» é um livro sério, uma especie de Evangelho da disciplina.

A sua leitura é um tonico para os que se deixaram arrastar no turbilhão de um sensualismo mental que acaba, quasi sempre pelo dessassoço, pela desordem interior.

Elle visa fins muito altos para a perfeição da organização social, e, contende ao mesmo tempo, com a felicidade terrena e com os interesses superiores do espirito.

O seu joven autor mostra-se a par de grande numero das causas que trabalham os espiritos modernos roubando-lhes a serenidade e a força constructora. Diante dessas causas elle não cruza egoisticamente os braços: aponta o caminho a seguir, por uma obra de regeneração mental, capaz dos maiores milagres.

Esse livro vale por uma affirmação muito nobre de intelligencia e de vontade, conjugadas para a grandeza de um só e mesmo ideal, o ideal catholico, que o auctor viza acima de tudo. É um livro de idéas — e este é o seu melhor elogio.

A DOCTRINA DA ORDEM

Da secção bibliographica da revista «Vozes de Petropolis», de 16 de Outubro ultimo extrahimos a seguinte apreciação sobre o livro de Hamilton Nogueira, assignado por Ir. J.:

Quando, ha annos, li, em *A União*, creio, que os socios do Centro D. Vital tinham os seus dias marcados para uma oração em commum e que nella consagravam e reconsagravam ao Divino Mestre a intellectualidade catholica brasileira, de mez para mez mais profunda e mais elevada, mais fecunda e mais animosa, mais compenetrada de sua importantissima tarefa na hora presente, testemunhando assim, de modo eloquente, que conheciam o «*sine Me nihil*» e o «*omnia possum in Eo*», pensei commigo que ali estava uma semente que havia de medrar, tornando-se arvore frondosa, aonde as novas gerações brasileiras iriam apanhar fructos opimos e debaixo da qual até mesmo os velhos, cansados da labuta, fariam estender as rêdes, e, sem invejas, olhando para a côpa ramalhuda, haviam de dizer: «Benza-te Deus!» Não me enganei. A arvore cresce... e que fructos tem já dado? Não os esperava taes e tantos no apertado do tempo. Lastimo sómente que a quantidade não iguale ainda á qualidade; mas antes assim, já se vê. Sem o colorido facil da novidade, elles não se apresentam como essas maçãs rubicundas á força de injeção, mas ostentando uma côr sobria, sevêra até, por vezes, que a muita gente desagradará, trazem em si aquella seiva da verdade, que tem alimentado gerações, e que os do Centro D. Vital, agora, no seu idealismo são e forte, sustentado pelo amor á Religião e á Patria, procuram propinar, em primeiro logar, ás classes que pensam e mandam no paiz.

E bem lhe vae a comparação, pois não falta quem lhe veja galhos que destoem, um pouco, do harmonico do resto e fructos, não deteriorados, mas, quiçá, um tanto calcarizados. E que admiração? Como si houvesse coisa perfeita cá por debaixo da lua... E não nos esqueçamos que ha tempo de póda e tempo de crescimento, tempo de floração e tempo de fructo... Mas, confessemos, gostosamente, que já não é pequeno o bem que o Centro tem alcançado numa terra, onde, parece, se querem arvores sem raizes, e crescimento sem irrigação...

O seu ultimo livro *A doutrina da Ordem*, primeiro, julgo, do A., que, com tal estréa, muito promette, em nada fica devendo ás publicações que o procederam, publicações já consagradas até pela critica estrangeira. Do A. diz o dr. Jackson de Figueiredo, que lhe prefaciou a obra — e que prefacio! — que é um moço, tão moço que, ainda hontem, «*se lhe poderia desculpar qualquer leviandade*»; e andou avisado em o dizer, pois o assumpto e o modo de o tratar fazem imaginar que as paginas foram escriptas entre o cofiar de uma barba branca. *A Doutrina da Ordem*, tal o titulo, tal o livro, que é *Doutrina* e é *Ordem*. Mas que não se lhe tire o artigo, pois doutrinas ha muitas, «a doutrina», porém, é uma só. É aquella que tem vencido seculos e homens, e que se mantém com mais vigor hoje do que nunca, pois quanto maior é a mobilidade e incerteza do terreno que se pisa, tanto maior é a ansia e o desejo de se ter sob os pés alguma coisa solida e firme, onde

nos possamos conservar com a cabeça para cima, como nos ensinaram a andar os nossos paes.

E vae mostrando o A. como *A Doutrina* não pôde ser o positivismo, do qual elle faz, é verdade, «*uma ligeira critica em tanto sympathica ás idéas de Augusto Comte*» mas fá-lo só para mostrar a distancia que dellas vae «*ás incoherencias doutrinarias da egrejinha positivoidica implantada em terras brasileiras*». E para o eliminar de vez basta lembrar que «*a partir da proclamação da Republica não houve um só movimento revolucionario contra a autoridade constituída, que não tivesse tido a sua origem no seio dessas mesmas classes armadas, onde se iniciou e onde fermenta ainda, si bem que agonizante, a demagogia voltaireana — positivista*». Depois passa o A. ao protestantismo, que mostra incapaz — quem não vê? — de restabelecer a ordem, pois elle «*é a negação mesma de tudo quanto diz respeito á autoridade, á ordem, ao espirito da unidade, de toda a tentativa em qualquer dominio da actividade nacional*». Qual será então a doutrina capaz de metter ordem no Brasil, si nem as constituições arbitrarías, nem a força bruta, nem o militarismo o podem? Com argumentação de mestre, sem as chapas de costume, prova o A. que a unica capaz é «*a Igreja de Jesus Christo, que, por seu magisterio infallivel, é o guia seguro e o tribunal supremo de nossas acções. Pois nos momentos mais angustiosos da vida ou nas horas de paz, nas hecatombes revolucionarias ou nos dias sangrentos da guerra, o Verbo Divino, pela palavra de ouro do Summo Pontifice, jamais abandona o fragilimo ser humano ás agruras da incerteza*».

Pelo que ahi fica, já se vê que o livro préga doutrina e doutrina unica capaz de gerar a ordem, pois que só ella é sancionada pela autoridade divina. E préga com um desassombro, com uma intrepidez e convicção de apóstolo. E é o título da primeira parte que serve de título do livro. A segunda parte. «*O Mysticismo de José de Maistre*», é um estudo cheio de erudição, no qual analysa nas suas linhas geraes a obra do sr. Emile Dermenghen: «*Joseph de Maistre Mystique*». É um ensaio que ha de aclarar muita idéa a respeito de De Maistre, a quem o Cardeal Pie proclama «*o maior genio christão do seculo XIX*». E não vêm fóra de logar estas paginas... pois o «*Conde de Maistre, testemunha de vista de toda a sorte de infamias de que é capaz a natureza humana quando abandonada ao arbitrio exclusivo das consciencias individuaes, surge como ultimo representante do espirito classico, a ultima resistencia da tradição e da ordem contra a demagogia revolucionaria*».

Na terceira parte, «*A resurreição de Judas*», diz verdades que bem mereciam uma edição especial para mais divulgadas, e que assim fossem despertando a muita gente que cochila, porque, afinal de contas, nem sempre é cobardia ou má vontade, deixemos alguma coisa á indolencia... Mas como disse, o A. escreve cheio de convicção; não é prêgador que ao domingo recita a homilia decorada, não, escreve para mover, e por isso mesmo, move e arrasta. E fechando o livro, o A. exclama: «*Nada de fraquezas, nada de abdicções covardes, o que precisamos é de coragem e amor á verdade! Coragem, sim, porque toda a luta pela cidade de Deus é cheia de sacrificios! Mas que são os maiores sacrificios deante da immensidade das recompensas? Meus irmãos, não troquemos uma eternidade fe-*

liz por uma hora de commodismo!» Que bem faz ouvir um tal brado, brado que deveriam ser o principio o programma e o fim de todas as obras sociaes! Sim, só quando a luta fôr verdadeiramente pela cidade do Deus e não pela minha ou pela tua, só quando o olhar dos que pelem posto na eternidade, é que haverá esperança de coragem capaz de milagres, de constancia que transpõe montanhas. Do contrario um nonada fará cahir as armas das mãos dos bravos. E esse espirito sobrenatural, essa cou-raça que ella e só ella levará o combatente á victoria, outra coisa não é, sinão aquelle «*compenetrar-se cada vez mais da sublimidade de Jé e revestir-se de Jesus Christo*», de que fala, com tanto acerto, o sr. Hamilton Nogueira. Mas é que muitos não querem saber desse revestimento de Jesus Christo, — pois têm medo de serem empurrados pelo Calvario acima, e, quem sabe, pregados até na Cruz... Coitados! E nunca leram que, no terceiro dia, Christo resuscitou?»

Leviticus, de F. Karam.

Do sr. Mario de Alencar, da Academia de Letras, o autor do *Leviticus* recebeu a seguinte carta:

Rio — 27 de Agosto de 1925.

Meu caro Francisco Karam.

Acabando a leitura do *Leviticus*, relidas aqui e alli as paginas marcadas da primeira vez, procurei definir a minha impressão do volume, e tive o espirito hesitante e confuso entre idéas que não se harmonizavam para a expressão clara do que eu sentia.

Lidas separadamente, ao acaso, as composições deste volume, achei-lhes (e ainda lhes acho) o que procuro em poesia, a emoção suggestiva; mas na leitura seguida, desvanecese a emoção, sem embargo do reconhecimento de que não ha nellas vulgaridade, e ha em quasi todas força de talento e uma feição original de imaginar e dizer. Como explicar essa contradicção? Creio achala na condição de minha sensibilidade ou na habituação do meu espirito a certas fórmulas de expressão de poesia. Cada uma das composições do «*Leviticus*», isolada, diz-me seu estado de alma, uma attitude moral, e commove-me pelo que traduz do sentimento em contraste com o sentimento que suggere, anterior ou alheio; commove-me por esse mesmo contraste, pelo que implica de contingente e de acerbo; mas repetido continuado, esse sentimento se converte em pensamento, que me fala, não já de estados de alma, sinão de um juizo deliberado, e

assume a expressão da philosophia practica, que é, ainda, sob os mais accentuados rythmos, um neutralizador e desvanecedor de poesia.

Não sei si me fiz comprehender, mas affigura-se-me, a mim pelo menos clara, essa explicação do que é contradictorio nas minhas impressões de seu volume. Terá havido de sua parte o intuito de dar-lhe o cunho de inspiração christã, para a qual neste mundo terreno, passagem breve para o mundo infinito, a dôr e a tristeza são o vehiculo seguro, e a resignação é a sabedoria do procedimento humano? Na intenção, se existiu, parece-me estar o erro de sua concepção poetica, do mesmo modo que supponho haver erro no pregão de alegria perpetua dos renovadores da esthetica. Pretender só a dor ou só a alegria para o homem, é talvez admissivel em abstracção de pura logica verbal; mas é esquecer o homem, é estar fóra da humanidade.

A humanidade é um conjuncto ou alternativa de dor de alegria, tristeza e prazer; e no embate ou incerteza desses elementos de vida é que está a sua força e a sua fraqueza, e está a poesia humana.

Talvez por isso, pela abstracção do pensamento com que você concebeu a seriação destas composições, é que ellas no seu conjuncto não me despertam as idéas sensiveis de humanidade que me fazia esperar a feição original do seu talento. E é confiante nessa esperança e na certeza das forças do seu espirito, que lhe exponho assim francamente as minhas impressões de uma leitura feita com sympathia e interesse. E exponho-lh'as por estar certo de que para o talento verdadeiro vale, mais do que o louvor a discordancia que emenda e estimula. E fico na expectativa da obra que promette a vigorosa mocidade do seu espirito.

Um aperto de mão do seu admirador

Mario de Alencar.

No *Rio-Jornal*, de 8 de Agosto ultimo escreveu Murilo de Araujo:

«Nos versiculos de «Leviticás», uma vóz plena de lirica emoção unvida nos fala de Deus e dos homens e nos conta o elogio da mansidão e da dor.

Nessas estrophes sem metro e sem rima, resôa entretanto uma musica velada e interior — a musica das almas.

A espaços, crê-se nessas antiphonas, o suave Tagore em sua flauta magica ou em seu harmonium mysterioso».

Eis, a opinião do sr. Osorio Lopes na «Gazeta de Notícias», de 19 de Julho, sobre o mesmo livro:

«Francisco Karam com ser moderno, não pôde ser taxado de futurista porque a sua poesia revela emotividade, imaginação, originalidade mesma — qualidades que se não encontram na poesia páu-brazil.

«Leviticás» é a apologia da tristeza, da dôr immensa que illumina o semblante de um bom e robustece a coragem de um crente».

O autor do «Leviticás» recebeu ainda as seguintes cartas, das quaes extrahimos os seguintes trechos:

Do Sr. Moysés Marcondes:

«Leviticás» titulo filiado nas leis biblicas dos sacrificios e dos deveres sacerdotaes — define bem a elevação e responsabilidades de arte christã.

Correspondendo ás insinuações do titulo, apparece-nos o poeta, neste livro, presidindo ás ceremonias cultuaes da dor, da tristeza, do soffrimento, no que elles importam ao engrandecimento da vida e á purificação da alma humana».

Além dessas cartas recebeu o poeta outras e muito elogiosas como de Fidelino de Figueiredo, critico portuguez, dr. Abelardo Cardoso, residente no E. de S. Paulo, do distincto poeta Francisco Galvão, e outros mais.

○ ○ ○

JULIO MARIA, por Jonathas Serrano.

«A *Palestra*», revista mensal ecclesiastica, que se edita nesta Capital, assim se manifestou sobre o livro «Julio Maria» de Jonathas Serrano:

«O trabalho de Jonathas Serrano é uma verdadeira joia litteraria, denso de erudição variada, de noticias históricas, de observações agudas, e como que perfumado e illuminado de um profundo sentimento religioso e um grande amor ao Brasil catholico».

AINDA AS EMENDAS RELIGIOSAS

O VOTO DO DEPUTADO THIERS CARDOSO

Estavamos quase a terminar os trabalhos deste numero, ultimo da nossa 4.^a serie, quando os jornaes publicaram a deliberação de voto do Deputado Thiers Cardoso, manifestando o seu ponto de vista em relação ás chamadas emendas religiosas.

Thiers Cardoso, grande amigo do Centro D. Vital, escreveu de facto a mais bella pagina de toda a vasta litteratura parlamentar sobre a grave questão ultimamente agitada. Ademais, a sua actuação em favor da «verdade brasileira», tão miseravelmente, tão insensatamente repellida pelos chamados representantes do povo, a sua actuação, dizemos, é ainda mais merecedora de applauso, quando se sabe da attitudo da maioria da bancada do Estado do Rio em todo o desenrolar daquella vergonhosa farça.

Nós, do Centro D. Vital, amigos e admiradores, de Thiers Cardoso, já conheciamos, graças a Deus, a pagina admiravel de saber, de sinceridade, de bom senso, de patriotismo, com que elle acaba de honrar os Annaes do nosso parlamento. Em sessão da nossa Directoria, a declaração de voto de Thiers Cardoso foi considerada digna, não só de figurar nas paginas desta revista integralmente catholica, mas tambem de figurar nellas como sendo a interpretação fiel do nosso ponto de vista na debatida questão.

É a maior homenagem que, da nossa humildade, podemos prestar ao digno e illustre deputado fluminense.

É esta a sua declaração de voto:

«Dando a minha assignatura ás emendas substitutivas á reforma da Constituição, e votando-as na parte referente ao paragrapho 7.^o do art. 72, que diz — «A representação diplomatica do Brasil», junto á Santa Sé não implica a violação deste principio», o fiz com a certeza de que nenhuma vantagem trará á religião catholica semelhante modificação constitucional.

Não tive a menor interferencia na retirada da emenda n. 10, que era assim elaborada:

«Comquanto reconheça que a da Igreja catholica é a religião do povo brasileiro, em sua quasi totalidade, nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependencia ou alliança com o governo da União ou os dos Estados», nem tão pouco no accordo que já encontrei ultimado, de se compensar a sua retirada, do plenario, por semelhante expressão, ainda mais elucidativa da separação da Igreja do Estado.

Se fosse ouvido, em tempo, sobre tal assumpto, manteria, como mantive, a minha assignatura na referida emenda, e se ficasse convencido da impossibilidade da sua approvação, pelos dois terços da Camara, bater-me-ia pela conservação do texto constitucional de 91, regulador da materia.

Sem recriminar áquelles eminentes collegas que, com as melhores das intenções, agiram de modo diverso, e acreditando mesmo, na possivel incompreensão, por minha parte, dos beneficios que trará á religião catholica, semelhante modificação, devo confessar com a sinceridade que me caracteriza não me afigurar de modo algum vantajoso tal transigencia.

Deixou-se de exarar, na reforma da nossa Constituição esta verdade que já vem, como um sol, illuminando secularmente a consciencia nacional: «o povo brasileiro é, em quasi sua totalidade, catholico», e, em troca disso, foi enxertado no antigo texto constitucional, esta disposição — «A representação diplomatica junto á Santa Sé não importa a violação, deste principio».

Para que?

Para reconhecer a personalidade internacional da Santa Sé.

Então, essa personalidade, de existencia juridica tradicionalmente incontestavel, no seio das nações mais cultas, já não estava expressamente reconhecida por lei ordinaria?!

E, redigido como se encontra o paragrapho 7.^o do art. 72, tornou-se obrigação constitucional, «de character permanente», a nossa representação diplomatica junto ao Vaticano?!

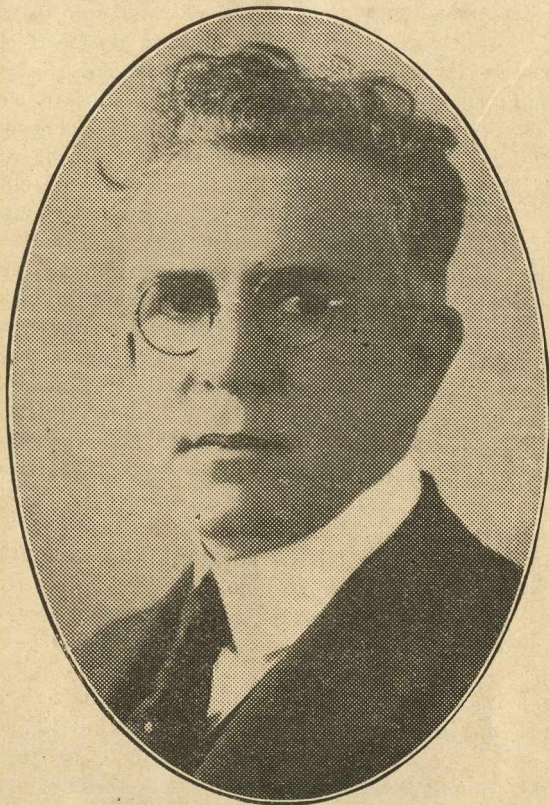
Absolutamente não!

Essa representação, equiparada ás demais, estará, fatalmente, sujeita aos golpeamentos de novas leis, pois tal disposição constitucional não impedirá no seio do parlamento brasileiro, por certo, novos arremessos das tendencias suppressivas dos impenitentes adversarios do catholicismo, já manifestados, em ardentes debates parlamentares, em que pese, nesta hora memoravel!

Já se diz, com ironia, ter ficado peor a emenda do que o soneto...

De mim direi apenas: desejo que fique bem nitida, nos annaes, a minha orientação em tão debatida materia.

Quando, no correr dos annos os pesquisadores dos assumptos constitucionaes se detiverem nos estudos desses debates que hoje empolgam a Nação Brasileira, justamente na fibra



Deputado Thiers Cardoso

para o destino do mundo, esta demonstração insophismavel de força e presígio universal — a diplomacia da Santa Sé, sem pleitear, attraída a incorporar-se á Liga das Nações, como indispensavel factor de congraçamento dos povos, como o juiz mais sereno e desapaixonado para o supremo julgamento das transcendentales questões internacionaes.

Desse modo, é evidente que se não deixou expressa na reforma constitucional uma verdade, nos termos da emenda n. 10, e em troca disso, numa redundancia em nada proveitosa ao catholicismo, ainda mais se accentuou o sulco de profunda separação da Igreja do Estado, sob o pretexto de affirmar-se esta outra verdade, já amplamente discutida e votada no Congresso Nacional — o reconhecimento da personalidade internacional da Santa Sé.

sensível da sua consciencia religiosa é bem possível que algum novo «Mendes Fradique» editando os seus «Commentarios á Reforma Constitucional pelo methodo confuso» venha escrever, algum capitulo sobre esse caso, subordinando-o, com a fina ironia do seu humorismo, a este titulo suggestivo: «De como um dia, o diabo embrulhou os frades»...

Se tal acontecer, não passarei, por certo, por um dos «frades» «embrulhados...»

Feitas essas considerações preliminares passo a justificar a minha attitude, assignando as emendas numeros 9 e 10.

Assignei-as por me não afastar dos principios politicos que nos regem.

Ao se organizar em Republica, a Nação Brasileira adoptou, sob as bases de governo representativo, o regimen constitucional demo-

crático — (Preambulo e art. 1.º da Constituição Federal).

Desse modo, nos termos precisos da nossa Carta Constitucional, o regimen politico, por que nos regulamos, tem como base fundamental de sua estrutura a democracia e a representação.

Ora, «les écrivains modernes entendent souvent par Démocratie ce que nous appellons couramment les «masses» par opposition aux «classes». Il semble pourtant préférable d'admettre que le mot signifie simplement le gouvernement de le majorité, celui des «classes et des masses» du peuple entier, prises toutes ensemble» (Bryce Des Democraties Modernes — t. 1.º pg. 33 — Trad. Franc. de Mayra et Fonlongrie).

Assim, pois, consoante a lição de um dos mais insignes mestres da sciencia politica contemporanea, o que caracteriza o governo democratico é a circumstancia de ser elle a expressão positiva e inequivoca da vontade da maioria incontestavel do povo que representa. Onde, por consequencia houver coincidencia integral entre as normas, leis e directrizes de um governo e a vontade da maioria do povo, em beneficio do qual aquelle se organizou, ahi existirá, sem sombra possivel de contestação, a verdadeira democracia.

Este foi o modelo de governo, que a Nação Brasileira quiz adoptar e seguir. Este foi o ideal que a empolgou em 1891. E para mostrar, ainda com maior evidencia, que taes eram os propositos que a animavam, fez ella constar do art. 1.º da Constituição, e logo após o preambulo desta, que a organização, cujo evento vinha de surgir, assentava-se no regimen representativo.

Ora, «voici la theorie et les regles de cette forme de gouvernement...

1.º — «Les députés tiennent leurs pouvoirs, du peuple: Celui-ci leur transmet par l'élection un droit qui reside en lui». Mais un même temps il est considéré comme incapable d'exercer lui-même et directement ce droit, cela pour des raisons qui seront exposé plus tard. Il ne saurait se substituer aux députés et agir par lui-même.

2.º — «Les députés» quoique élus par circonscriptions», representent, chacun le peuple entier ils peuvent délibérer et statuer sur toutes les affaires d'intérêt général ou d'intérêt local qui rentrent dans les attributions de l'assemblée dont ils font partie.

3.º — Les députés ont une entière indépendance, une pleine liberéi d'appréiation, quant á l'exercice leurs pouvoirs et quant aux actes qui rentrent dans leurs fonctions, tant que celles-ci ne sont pas arrivées á terme legal...

«Ils doivent agir en conscience pour le mieux et dans l'intérêt général» (Ezmeim — Droit Constitutionnel 5ª ed. pag. 80-81).

Nos governos desta natureza, uma vez que os representantes falam em nome da Nação, e é para ella que elles deliberam e legislam parece-me intuitivo que o dever precipuo do representante, ao ter que se decidir sobre determinado assumpto, é prescrutar o pensamento da maioria do povo, de cuja vontade é elle legitimo delegado.

Certo todos os publicistas lhe asseguram a mais absoluta independencia de movimentos. Mas nenhum ha que lhe não restrinja esta independencia com o aconselhar a seguir sempre, qual dever moral indeclinavel, as inspirações da sua consciencia politica e os interesses geraes do povo, cujos ideaes lhe cumpre defender.

Ora, ninguem ha que possa, no Brasil, esconder esta verdade, que se impõe a todas as consciencias, que todos os corações sentem, e é proclamada por todas as bocas: «O povo brasileiro é, em sua quasi totalidade, eminentemente catholico». Conclamam-n'a, sem rebuços, a imprensa do paiz, inteiro, os publicistas nacionaes de maior nomeada, e os estrangeiros, que de nós se tem occupado, e todos os nossos politicos, adeptos, infensos, ou indifferentes ao catholicismo.

Como, pois, vedar que o Codigo Politico da Nação Brasileira diga, simples e chãmente, aquillo que todos, sem discrepancia, reconhecemos ser a verdade?

Com que direito, nós que nos dizemos representantes do povo brasileiro, delegados immediatos de sua vontade, interpretes genuinos de seu pensamento, ousamos prohibir-lhe que na lei de sua organização e constituição politica se proclame elle catholico?

Será por que, consentindo nós nesta proclamação, tememos offender a consciencia religiosa da minoria do mesmo povo brasileiro, infensa ou indifferente ao catholicismo?

Mas, então, para resguardar os melindres de uma minoria, nós que da maioria somos a expressão, consentimos em que os direitos desta sejam esquecidos e menos prezados?

Onde fica, neste caso, o nosso regimen democratico, manifestação da vontade geral, concretizada nas deliberações da maioria?

A verdade, porém, em tudo isto, é que as emendas chamadas religiosas nenhuma perturbação vinham trazer á consciencia de quem quer que fosse.

Dellas a primeira traduzia apenas uma declaração de principio, sem outra consequencia pratica que não a de levar á consciencia catholica do paiz a certeza de que a sua religião

merecia o acatamento e o respeito do governo brasileiro, não com o aspecto de favor, como actualmente acontece, senão com a demonstração effectiva de um direito incoercível. Ella não importava em unir a Igreja ao Estado, em favorecer-a pecuniaria ou economicamente, em tirar aos demais cultos o direito, que continuariam a ter, de viver e expandir livremente. Nada disto visava a emenda tão injustamente repellida. Seu alcance era bem mais modesto: objectivava apenas tranquillizar o povo brasileiro, com lhe assegurar os direitos de sua consciencia religiosa não soffreriam jámais dahi por deante os vexames, que governos republicanos, invocando interpretações reaccionarias, lhe infligiram com buscar separar da sua Constituição a Cruz, symbolo de seu credo.

Não era menos respeitadora dos direitos da consciencia não catholica, a segunda emenda.

Por ella não se instituia o ensino religioso nas escolas, nem tampouco se facultava o do catholicismo tão sómente. Com essa emenda ficavam todas as confissões religiosas com o direito, de ministrar aos alumnos que cursam as aulas do Estado, mas fóra das horas de expediente escolar, o ensino de seus dogmas e principios.

Este nenhuma intervenção teria em tal ensino. As condições de sua diffusão, os mestres que dellé se encarregariam, os alumnos que deveriam recebê-lo, tudo isto seria assumpto que escaparia ao ambito e ás attribuições do Estado e dos seus agentes enquanto taes.

Semelhante materia resultaria do entendimento e accordo prévio entre os ministros das varias confissões religiosas e os paes dos alumnos, que desejassem ter seus filhos educados nos respectivos principios religiosos.

Com esta emenda não se estabeleceria preferencia de um culto sobre o outro, não se auxiliava a um em detrimento de outro.

Neste particular continuariamos no mesmo pé em que actualmente estamos. Unicamente não veriamos mais Deus afastado das escolas. Perdurariamos no Estado neutro, mas não atheu. Teriamos apenas, banido o Estado naturalista.

Como se vê, o que a Nação Brasileira almejava tão sómente era que della se pudesse dizer o que Ruy Barbosa certa vez disse da nobre Nação Americana: «isso não obsta a que, nos Estados Unidos, a religião seja a primeira das instituições politicas e sob essa constituição a vida religiosa tenha um amparo mais estável e uma relação mais declarada com os grandes actos do Estado que noutro qualquer ponto da terra. A religião na America, escreve Tocqueville, não participa directamente no governo da sociedade: mas é, comtudo, a sua mais alta instituição politica. E eu tenho por certo que os americanos consideram a religião indispensavel

á mantença das instituições republicanas. Este juizo não é peculiar ali a uma classe, ou a um partido: pertence a toda a nação e a todas as situações sociaes».

O que a Nação Brasileira almeja é que não faltem ao povo brasileiro os bellos ensinamentos da sua religião até por que como diz o cardeal Rivera nos seus discursos:

«As leis e todas as disposições humanas, são insufficientes para fazer os homens rectos e justos, se o freio de uma religião celestial não reprime as suas paixões e os não torna attentos aos seus deveres. Se a voz da Religião não soa nas consciencias, a Republica será um cháos de enganos, de fingimentos e de injustiças; pois, que as leis se illudem e se infringem com a maior facilidade, os delictos se augmentam, ao passo que a moral decae; emfim, não haverá amor ao publico, nem á patria, porque prevalecerão o amor proprio e o interesse pessoal, que é o idolo a que se sacrificam todas as virtudes. Por outra parte as mesmas leis humanas carecem de nervo, e de valor, se não se enlaçam e se sustentam, em outra lei anterior e superior a ellas. Esta lei é a lei eterna que é Deus, autor da sociedade e de toda a potestade; por cuja admiravel providencia se sustenta e rege a machina do mundo debaixo do systema da ordem, subordinação e dependencia, que a sua immensa sabedoria tem regulado. Desse principio se deriva á obediencia ás leis e o respeito ás autoridades; assim como a obrigação dessas, á governar com a sujeição ás leis, e a seguir, em tudo, as regras mais exactas do bem publico e da justiça».

São esses os fundamentos do meu voto».

o o o

EXPEDIENTE DO CENTRO D. VITAL

Donativos:

Cicero Sampaio — Aracajú 50\$

O SR. PAULO PRADO ENSAISTA

Paulo Prado, com o seu primeiro volume, agora publicado, honra sobremodo as letras paulistas, como também os nomes dos seus ascendentes.

Si Eduardo Prado, representa para nós um alto relevo da mentalidade brasileira e Sul-americana, o sr. Paulo Prado é uma afirmação de intelligencia, amadurecida no estudo e na observação da nossa historia que, hoje em dia, não é, como disse, um grande espirito, massante, entremeadado de factos sem importancia, mas uma historia que é historia, viva, attrahente, digna de ser estudada em detalhes que se tornam fulgurações do genio constructor da nacionalidade, historia que antes era de factos demasiadamente postos em evidencia pelos historiadores românticos, factos que nada representam, nada valem, nada têm de brasileiros, dando razão á opinião do sociologo, que não a quiz conhecer pelo que ella é e pelo que ella vale, mas pelo que existia de grotesco, de commum, de rotineiro, de material, como supplemento da Metropole.

O sr. Paulo Prado, entretanto, procurou os detalhes dessa historia, perquiriu-os, relacionou-os, comparou-os e depois de um cabedal de notas, de conhecimentos parciaes, escreveu alguns ensaios sobre a Historia de S. Paulo, que merecem a attenção da critica literaria do Brasil contemporaneo, ensaios esses tecidos por um estylo claro, e auxiliado por uma cultura geral dessa mesma historia, com uma methodologia toda especial e harmonica, em que, ás vezes, a inducção leva o leitor á comprehensão nitida do nosso passado, e a deducção arrasta-o ás mais insophismaveis realidades do momento.

Apreciemos o autor ao falar do seu methodo:

«A historia de São Paulo nos seus velhos chronistas, é talvez mais imaginosa do que exacta».

«No segundo periodo da nossa historiographia, longas discussões se travaram sobre questões tradicionaes como a do mysterio do Bocharrel de Cananéa ou a localização da tapera malmaluca de Santo André».

Ora, a serie de publicações dos documentos historicos feita pelo Museu Paulista, «trouxeram uma nova luz para a reconstituição da vida publica e da vida intima de São Paulo, nos seculos passados».

E, para evitar exaggeros, afim de não transformar o paulista — caçador de indios, despovoador e povoador dos sertões — «em simples

vereador de villas, ou em testemunha tabellioas de documentos officiaes», o sr. Paulo Prado procura «o accordo perfeito, quasi inatingivel na fraqueza humana», que «será a harmonia dos dois methodos, submettendo a documentação livresca á subjectividade do historiador».

Logo no prefacio do «Paulistica», com modestia, honestidade, e gratidão dignas de nota, diz o autor, falando dos seus trabalhos: «Meros ensaios, sem pretensões eruditas, contendo, talvez duas ou trez idéas aproveitaveis para maior estudo e desenvolvimento. Tudo devem á carinhosa sollicitude de Capistrano de Abreu — até o titulo que os enfeixa. Pela sua mão segura e amiga penetrei na selva escura da Historia do Brasil, de que é parte tão importante a historia do nosso torrão paulista».

Selva escura, sem duvida é a Historia da nossa patria, si a considerarmos como uma successão emplastrada de factos administrativos, ou tal como ainda é contada nos compendios escolares, tão recheados de datas, de nomes, de factos desinteressantes.

Foi necessario que uma geração no Brasil, essa que ahí está, reagisse contra isso e evitasse que o nosso passado fosse gravado doravante não só na mentalidade das *élites* como na do grande publico, sahido da escola primaria e do curso secundario, como num passado infeundo, immoral e lendario, com as anedoctas que poluem e os casos politicos que inflammam e enthusiasmam a mocidade escolar pela Revolução, pela rebeldia, pela liberdade de pensamento, como comprehendem os *sans culotte* e as suas infelizes victimas — as mentalidades primarias, — foi necessario diziamos, uma reacção intellectual para que tudo isso ruisse, e hoje em dia, já se vae sentindo o effeito salutar dessa attitude da intelligencia nova do Brasil, em relação ao ensino da verdadeira e interessante historia politico-social de nosso povo.

Dessa historia massante resultou a fuga da intelligencia das coisas patrias, e si não fora um Capistrano de Abreu que orientou a actual geração no sentido dos estudos historicos, á sua maneira, estariamos ainda hoje, voltados para a Europa, pouco nos interessando pelo que é nosso, porque já o passado não nos podia seduzir, tal qual aprendemos na escola primaria e nos cursos de humanidade, onde, ainda no Brasil, devido á sua má orientação pedagogica tudo é falho, mechanicamente, desorganizado, acanhado.

Eis como Paulo Prado pinta o seu caso e a sua geração:

«Lembro-me da injustiça que commetti varias vezes ao partir, deixando com indifferença na sombra da tarde a ultima linha das montanhas do Brasil, já sonhando num alvoroço de namorado com a paisagem verde-clara das collinas do Tejo — porta amavel dos encantos do velho mundo.

A Europa...».

E mais adiante diz:

«Eramos assim: a literatura e o romantismo, creador de idéas falsas, tudo deturpavam e tudo envenenavam».

«O amor ás coisas patrias, ao seu passado, ao mysterio dos primitivos habitantes, á seducção do Brasil brasileiro dos sertões do Nordéste — terra da Coragem e da Poesia — o amor a toda a vida estuante e fresca do paiz adolescente, a tudo que constitue o orgulho e patrimonio de uma nacionalidade — tudo entregavamos ao grupo, quasi ridiculo, dos sabios dos nossos Institutos».

Não é o sr. Paulo Prado, como ao principio poderá parecer, um redimido. Não. O seu caso é muito differente, porque já no seu primeiro livro se mostra um patriota, digno de figurar entre os verdadeiros nacionalistas, que, sem obedecer o ficcionismo historico dos historiadores portuguezes, em relação a nós, procuram separar a tradição portugueza da tradição brasileira. Esta é eminentemente catholica, genuinamente christã.

Ao passo que a portugueza ou antes lusobrasileira, tem alguma cousa mais que christã, ressentindo-se de todas as duvidas e rebeldias que agitaram a Europa em relação a Igreja.

A luta entre os paulistas e a Companhia de Jesus, si tem uma causa primordial, que é o interesse material, tem, entretanto, uma outra que é originariamente portugueza, cabalmente judaica, pois os christãos novos que aqui se exilavam conservavam o rancor á Companhia de Jesus, e a ella se oppunham, e, sob qualquer pretexto insuflavam os animos dos primeiros brasileiros, naturezas punjantes e fortes, num meio desplasmado, incaracteristico, disforme.

É preciso notar que Salvador de Sá não exerceu, como administrador metropolitano, no caso entre a Companhia de Jesus e os paulistas, uma influencia de funcionario régio, mas de um, christão velho, experiente, que conhecia perfeitamente a situação da sociedade que se formava.

Quanto ao mamaluco era este um instrumento nas mãos dos maiores e dos christãos novos, contra os jesuitas que organizavam, que pregavam e que semeavam o christianismo aos gentios da America.

«Os excessos dos bandos mamalucos, expli-

ca Paulo Prado, se tinham uma explicação na propria rudeza dos tempos, affirmavam, no entanto, as qualidades fortes da raça, creada asperamente nas suas montanhas, longe das influencias deprimentes da metropole ou do littoral».

Data da luta entre os Jesuitas e os paulistas a idéa da independencia no Brasil, e o orgulho da raça aspera que se formava, que embóra reagindo contra a submissão politica-administrativa da metropole seguida pelos padres da Companhia, recebia os influxos christãos e a palavra de Deus. Benefica foi essa independencia no isolamento em que se achava a Capitania, quasi sem ter similhança com as do resto do paiz.

«Quando o paiz inteiro era apenas uma colonia vivendo no mesmo rythmo transmittido da metropole, os paulistas viviam a sua propria vida em que a iniciativa particular desprezava as ordens e instrucções de além mar para só attender aos seus interesses immediatos e á ancia de liberdade e ambição de riquezas que os attrahiam para os desertos sem leis e sem peias».

Seria longo, si aqui, tratassemos da religiosidade dos desbravadores, dos bandeirantes, para confirmar o que dissemos, isto é, que a nossa tradição, não está na lusitanidade e na adoção aos portuguezes «colonizadores», mas na Igreja Catholica que constituiu entre nós o verdadeiro espirito de brasilidade.

E foi o desprezo a tudo que é christão, á decadencia dos Jesuitas, á eclipse da doutrina christã entre nós, que devemos o estarcimento da nacionalidade.

«A terra rica e o viver facil transformavam lentamente o aventureiro dos primeiros tempos coloniaes no agricultor, pesadão e desconfiado, e no pallido caboclo, victima como o antepassado indio, do alcool, da doença e do fakirismo indolente».

A influencia nefasta de um Pombal, concorreu ainda mais para a dispersão do valor social do individuo, transformando-o num valor individual, nocivo, ou quando não, estagnado, incapaz de reagir contra o meio.

Dahi o predomínio dos nocivos. E foi nessa situação de camaradagem do valor individual que os *christãos* novos predominaram no Brasil, formando aqui uma nova casta religiosa que assistiu a independencia de nossa Patria do palanque das posições elevadas, ou do balcão dos seus castellos feudaes, que outra coisa não eram sinão as suas propriedades agricolas.

Um resto ainda vivo de *brasilidade* foi o bastante para reagir contra a metropole, mas os *christãos novos*, si assim os podemos chamar, em breve se assenhoreavam do poder e os dois periodos Imperiaes e a Regencia, não foram mais do que o abastardamento da tradição bra-

sileira, para dar logar á tradição luso-brasileira, vagamente christã.

Então assistimos, o desenvolvimento da parte material do paiz, enquanto a limpida e clara fonte do christianismo, na penumbra de um occaso da alma brasileira, cantava indistinctamente, e refrigerava poucos viandantes.

Quanto a S. Paulo, assim nos diz o sr. Paulo Prado: «Unanimidade — e adhesismo» — tem sido ha mais de um seculo o traço saliente do sentimento politico, para quem o estuda como um estranho phenomeno historico, de raizes fundas e mysteriosas. Desde a independencia a opinião publica de S. Paulo — ou o que melhor nome tenha — corre pressurosa atraz do vencedor, que ella desprezava momentos antes da victoria. Unanimidade na ultima representação parlamentar do ministerio reaccionario de Affonso Celso; unanimidade republicana mezes depois, nas eleições para a Camara constituinte do Governo provisório; unanimidade constante e inabalavel em todas as manifestações politicas de 89 até hoje. Como leves arrepios de revolta, uma ou outra tentativa de opposição desaparece logo ao primeiro affago governamental...»

E assim é o livro do sr. Paulo Prado, uma critica superior aos filhos do Estado de S. Paulo, através de sua historia e do seu passado.

Elogiamos, sinceramente, o «Paulistica», não só pelo seu valor historico, como tambem pela alta lição que o mesmo dá a esse *bairrismo* tão enfatuado dos nossos coestaduanos. Dignos de menção são os capitulos que tratam da influencia dos caminhos na sociedade seiscentista, das bandeiras e o que estuda Fernão Dias Paes Leme.

É como que um lamento este final do livro, no capitulo «A Paizagem».

«Dentro de dezenas de annos desaparecerá o ultimo vestigio do São Paulo quinhentista ou seiscentista, como já desapareceu o Paulista antigo desses tempos heroicos. Felizes os que ainda puderem apanhar nos fugidios delineamentos os derradeiros traços dessa paizagem historica, já ameaçada pelo tempo igualitario que só lhe conservará a carcassa indestructivel da terra e do céu, e que será a ultima testemunha presente das lutas, ambições e gloria do passado».

A grande massa de immigrants, o novo feito de nossa vida agricola internacionalizada, o capitalismo estrangeiro absorvente, creando o syndicato da terra, as concessões fabulosas, a negação dos principios superiores que regem uma nacionalidade, um funcionalismo theorico e amesquinhado pela politicagem, uma administração mais politica que de caracter fiscalizador, propulsor, realizador, enfim um completo desprezo pelas tradições e pelos exemplos do passado, tudo isso vae concorrendo para

o desaparecimento do Brasil-brasileiro, para tornalo um Brasil internacionalizado, em idéas, potencial realizador, impulsos, organização, um Brasil de capital judaizado, que não será o Brasil de outrora, o Brasil da antiga fé, mas um Brasil juridicamente nação, e estado, moralmente deschristianizado, refugio do capitalismo judaico do Occidente europeu, um Brasil de cimento armado, caso não reajamos enquanto é tempo.

A. G. V.



UM ARTIGO DO SR. LUIZ DELGADO

O sr. Luiz Delgado, em artigo de primeira pagina do «Jornal Pequeno» do Recife, de 2 de Janeiro deste, assim se manifestou sobre o nosso director:

«Interessantissima e unica é por certo a personalidade do sr. Jackson de Figueiredo que tem conseguido consagrar em torno de si admiradores que primam em ser excepcionalmente multidão no numero e elite no valor. Admiradores como Ronald de Carvalho que o disse publicamente «limpo de manhas moraes e intellectuaes» e como o sr. Tasso da Siveira para quem o escriptor de Pascal e a Inquietação Moderna é «uma natureza de excepção em que nossa raça dá um indice admiravel das attitudes espirituas a que pode attingir».

Fallar de semelhante individualidade é tarefa difficilissima si bem que extremamente amavel; eu quero apenas dizer que no prefacio ás Cartas á Gente Nova do sr. Nestor Víctor, o sr. Jackson de Figueiredo deu sem pensar as melhores características de sua mentalidade.

Seu traço predominante é a identidade entre o que faz e o que prega — annotação psychologica que revela quanto o homem e o escriptor se confundiram e que parecendo sem importancia singulariza-o no Brazil. Nós aconselhamos sempre: mas geralmente aconselhamos que sejam os outros aquillo que consideramos difficil ou perigoso e naturalmente não quize-mos ser...

O sr. Jackson de Figueiredo reclama para o Brazil escriptores que affirmem o *caracter brasileiro*, digam ao mundo *nossa visão moral da existencia*; escriptores de verdadeira significação nacional — justamente o que elle tem sido.

E é sob o ponto de vista da realidade moral que se ha de procurar a correspondencia entre o escriptor e a raça, porque passou o tempo em que este ponto de vista era desprezado e ridiculizado. Hoje repetimos Farias Brito: o supremo problema é o problema moral.

A figura desse pensador era indispensavel no nosso scenario actual e exigida por nossa alma de povo: nas nossas doo o a s; circumstancias presentes, reflexos da mentalidade que escreveu *ordem* na bandeira e plantou desordem nos espiritos, havia de vir uma vez que tallesse de outros ideaes.

O mal do Brazil como o do mundo é o esquecimento do problema moral para cair nos braços, nos tristes braços do scientificismo.

Dizem que os hindús chamam a Deus o Freio Interior e nada mais acertado. Tirado o freio, ficam os macacos de Haeckel, macacos que porque o são não faz mal que se arranhem e mordam, disse Norman Angell. A intensificação desta moral de macacos soltos produziu o estado actual do mundo, repercussão das crises nacionaes.

Como povo nós resultamos de forças que actuaram despercebidas; o meio geographico não podia ser que nos teria frequentado. Depois de Vidal de la Blache, sabe-se que foi o homem vencendo o meio. Venceu em nosso caso particular pelos factores mentaes e moraes; pela civilização portugueza resumida no que mais assimilámos: o catholicismo. Depois começaram as decepções dolorosas e os erros desconcertantes de que falla o sr. Oliveira Vianna, porque desprezamos nosso factor principal mas isto foi o mal menor. Ao qual se seguiu o maior, partido das escolas: cathedraicos impetuosos investiram contra elle em nome das leis geraes da evolução que Tarde seguido do mais nobre pensamento moderno desmoralizou.

Passou a onda theorica mas ficaram os effeitos. O materialismo não tem força para destruir nada, mas é perigoso porque desvirtua e perturba.

O resultado é que nossa literatura é materialista como nossa politica, como toda a nossa realidade. Materialista no tryptico amargo ao seu hedonismo, da sua futilidade, da sua superficialidade pois é isto o que o materialismo faz: apaga o sentido profundo da vida que se torna banal. Nossa literatura dá uma vaga impressão de alheamento á nossa realidade nacional, de inutilidade talvez; distante de nosso tumulto social como uma cortiça da onda que com ella joga. A razão disto está em que lhe falta o que Wilde reclamava para a arte: intensidade. Intensidade é a salvação da arte e nós não queremos levar a vida a serio. Queremos sorrir com o morto Anatole cuja vida para quem tem olhos se resume na affirmacão

de quanto é ridiculo o homem que quer ridiculizar a nobreza do seu destino.

Ha ainda muito materialismo nas nossas acções si não ha nas nossas palavras. Eu não sei si no Brasil a sensibilidade — no puro sentido em que a emprega o sr. Afranio Peixoto de quem a phrase que se segue — tem vencido sempre a razão; mas sei que a razão tem sido sempre prejudicada...

É contra este estado de cousa que têm de reagir os nossos escriptores, reagir pensando, reagir corajosamente, incommodamente. Têm de procurar em nome do nosso passado mas sobretudo em nome do nosso futuro, a formula que Ruy Barbosa procurou em seus ultimos annos para o progresso brasileiro.

É o que tem feito o sr. Jackson de Figueiredo, gritando com o grego que nós devemos conhecer. Nossa mais nobre attitude será esta: olharmos para nós mesmos não buddhistica, irrisoriamente mas como quem curva a cabeça sobre o hombro para ouvir o rythmo doloroso do coração».



Palavras do distincto critico portuguez — Sr. Marques Braga sobre diversas obras do nosso Director:

«*Affirmações* é uma série de ricas monographias e estudos substanciaes, em que se dá relevo ao pensamento da obra de Mello Moraes Filho, Olavo Bilac, Dr. Afranio Peixoto, Dr. Fidelino Figueiredo, ao idealismo de Romain Rolland, á obra de Mario de Alencar e ás idéas de Maurras.

Pascal e a Inquietação Moderna é um primoroso balanço da obra do grande philosopho christão da ansia humana, synthetizando-se com extrema clareza factos e doutrina.

A alta visão com que foram encarados os escriptos do sabio e a sinceridade da sua impressão dão a idéa mais completa e vibrante do moralista.

Em *Autá de Souza*, *Affirmações* e *Pascal* vê-se como o Sr. Dr. Jackson de Figueiredo é um critico dominante, julgando as individualidades dos escriptores, avaliando as emoções, que elles procuram produzir, interpretando francamente e condensando com a maior lucidez as mais laboriosas exposições. Em todos estes estudos ha o maior poder de comprehensão e de expressão.


Notificou Wagner que a perfeita apreciação

de uma obra d'arte dependia da sympathia, que o critico devia ter indeclinavelmente do artista.

O Sr. Dr. Jackson de Figueiredo realizou este *desideratum*.

Das suas obras dimana uma levantada directriz no meio do vacilar das opiniões.

Por isso o Sr. Dr. Jackson de Figueiredo é o bom apostolo, que procura despertar os mananciaes da resignação, cultivando no coração humano a Fé e chamando as almas para a Igreja — de dois mil annos e de quatrocentos milhões de homens — que domina as nações ephemerass.




Julio Maria

Acha-se á venda o livro «Julio Maria», de Jonathas Serrano, que é um estudo completo do grande sacerdote brasileiro. Este livro que pertence á collecção do «Centro D. Vital», é até hoje o estudo mais completo, de todo ponto de vista, que se tenha feito sobre a figura, a vida e a obra do notavel Redemptorista.

E de \$5000 o preço de cada volume e mais 500 para o porte, podendo os pedidos serem feitos para o «Centro D. Vital», á rua Rodrigo Silva n.º 7.

Para os pedidos de 10 volumes para cima faz-se um abatimento de 10 %.



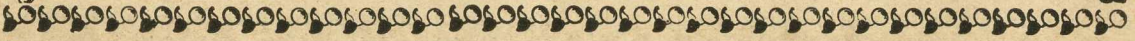

Literatura Reaccionaria

É este o titulo do novo livro de Jackson de Figueiredo em que vêm criticadas com elevação de idéas, sob o ponto de vista da doutrina catholica, as novas figuras da literatura contemporanea que fazem parte das letras reaccionarias, taes como Massis e Maurras, em França, Antonio Sardinha e Fidelino Figueiredo, em Portugal, Perillo Gomes e outros no Brasil. Nesse livro Jackson de Figueiredo agita a questão relativa á Arte e á Moral, numa polemica com Ronald de Carvalho.

Pedidos ao «Centro D. Vital», R. Rodrigo Silva, 7 — Rio.

Preço — \$5000 — Pelo correio mais \$500.

Os pedidos de mais de 10 ex., acompanhados da importancia respectiva, gosam de um desconto de 10%.



Uma utilissima publicação

PREÇO DE PROPAGANDA

É indispensavel a um catholico, a leitura de um annuario da sua religião. Todos os paizes, por esse motivo, possuem os seus annuarios catholicos. No Brasil, surgiu pela primeira vez uma publicação deste genero, para o anno corrente. É um excellento repositorio de informações sobre o movimento catholico em nosso paiz, illustrado com photographias dos Senhores Bispos, das cathedraes brasileiras, de obras de arte catholicas, dos nossos escriptores, etc.

Traz ainda, o «*Annuario Catholico do Brasil*», uma escolhida parte litteraria a cargo dos nossos melhores escriptores.

O preço desta publicação é de 6\$000. A TITULO DE PROPAGANDA, POREM, PASSOU A SER VENDIDO, SÓ ESTE ANNO, A 3\$000.

Pedidos ao Centro D. Vital — Rua Rodrigo Silva, 7 — Rio de Janeiro

ACHA-SE Á VENDA

A Doutrina da Ordem

A situação politica que atravessamos, resutado da anarchia mental e do romantismo juridico, assignalados, pelo liberalismo que, de ha muito, vem corroendo e consumindo as nossas *elites* e a nossa organização christã, encontra em Hamilton Nogueira um critico e um doutrinario.

Orientado pela Fé Catholica, luz guiadora de De Maistre, De Bonald e tantos outros doutrinarios, o critico d'*A doutrina da ordem*, expõe numa linguagem sobria, desartificiosa e serena os efeitos dos malabarismos politicos de origem liberal que tanto têm infelicitado o nosso povo, que se orienta por *elites* amorphas, dissolventes e anarchicas.

Neste momento critico, em que o brasileiro esquece os principios da ordem e da autoridade, dos quaes a Igreja Catholica é a depositaria e a mestra, vem muito a proposito o livro que o Centro D. Vital acaba de editar.

Preço — 5\$000

Historicidade da Existencia Humana de Jesus

Livro de erudição, por excellencia, em que o illustre escriptor e jornalista catholico Lucio José dos Santos, com somma consideravel de cabedal e capacidade de critica historica, dá ás letras brasileiras, uma obra de penetração scientifica, em torno da existencia humana de Jesus Christo. É este livro destinado a grande successo pela oportunidade e pela necessidade dos catholicos conhecerem tudo quanto o eespirito historico tem produzido sobre o assumpto. Critico, polemista, e historiador, Lucio dos Santos é um dos mais completos escriptores catholicos do Brasil.

Pedidos ao «Centro D. Vital», R. Rodrigo Silva, 7 — Rio.

Preço — 5\$000 — Pelo correio mais \$500.

Os pedidos de mais de 10 ex., acompanhados da importancia respectiva, gosam de um desconto de 10%.

A THEOSOPHIA

Está exposto á venda o livro THEOSOPHIA, de Perillo Gomes, com a devida approvação do Exm. Snr. D. Sebastião Leme, Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro.

Este livro é uma critica em termos claros, precisos e vigorosos, da nova seita que ora se implanta entre nós.

É obra de elucidação e combate.

Preço do volume: Rs. 5\$000. Pelo correio mais \$500.

Acceptam-se pedidos desde já, podendo os interessados dirigil-os para o Centro D. Vital — Rua Rodrigo Silva, 7.

As importancias em vale-postal, cheque ou carta registrada devem vir em nome do Centro D. Vital.

Os pedidos de mais de 10 exemplares, acompanhados da importancia respectiva, gosam de um abatimento de 10 %.

Revista de Historia

Publicação trimestral louvada pelo Ministério da Instrução Publica

Director :— FIDELINO DE FIGUEIREDO

A «Revista da Historia», fundada em 1912 e collaborada por autorizados especialistas portuguezes e estrangeiros, publica artigos desynthese e investigação pormenorizada de historia politica, social, ecclesiastica, diplomatica, litteraria, artistica e scientifica, colleções documentares, pequenas monographias locais, noticiario do movimento historico em Portugal, Hespanha e Brasil, e um cuidado registo bibliographico das publicações congeneres.

Estão publicaos 12 grossos volumes: 1912-1913.

DIRECÇÃO:

Avenida do Duque de Avila, 112

Lisboa (Portugal)

Acceptam-se Agentes no Brasil

ADMINISTRAÇÃO:

LIVRARIA UNIVERSAL

Calçada do Combro, 28-3º

Lisboa (Portugal)

Livros á venda n'esta Redacção

COLLECÇÃO EDUARDO PRADO:

| | |
|--|-----|
| Pascal e a inquietação moderna — <i>Jackson de Figueiredo</i> | 4\$ |
| O Clero e a Independencia— <i>D. Duarte Leopoldo</i> | 4\$ |
| Ensaio de Critica Doutrinaria — <i>Perillo Gomes</i> | 4\$ |
| Pelo Altar e pela Patria — <i>Placido de Mello</i> | 4\$ |
| As Duas Bandeiras — <i>Alcibiades Delamare</i> . | 4\$ |
| Cheia de Graça! — <i>Durval de Moraes</i> | 4\$ |
| A Theosophia — <i>Perillo Gomes</i> | 5\$ |
| Julio Maria — <i>Jonathas Serrano</i> | 5\$ |
| Auta de Sousa — <i>Jackson de Figueiredo</i> . . | 2\$ |
| Affirmações — <i>Jackson de Figueiredo</i> | 5\$ |
| Litteratura reaccionaria — <i>Jackson de Figuei- redo</i> | 4\$ |
| Historicidade da existencia humana de J. Chris- to — <i>Lucio José dos Santos</i> | 5\$ |
| Symphonia Evangelica — <i>Carlos Magalhães de Azeredo</i> | 3\$ |
| Leviticus — <i>Francisco Karam</i> | 3\$ |
| A Doutrina da Ordem — <i>Hamilton Nogueira</i> . | 5\$ |
| Durval de Moraes e os Poetas de Nossa Senhora — <i>Jackson de Figueiredo</i> | 5\$ |
| A Columna de Fogo -- <i>Jackson de Figueiredo</i> | 5\$ |

Livros á venda n'esta Redacção



EM DEPOSITO

De Jackson de Figueiredo:

| | |
|---|-----|
| Do nacionalismo na hora presente | 2\$ |
| Humilhados e Luminosos | 3\$ |
| A questão social na philosophia de Farias Brito | 3\$ |
| A reacção do bom senso | 4\$ |

De Xavier Marques:

| | |
|---------------------------|-----|
| Praieiros | 3\$ |
| A bôa madrastra | 4\$ |

De Durval de Moraes:

| | |
|----------------------------|-----|
| Lyra Franciscana | 2\$ |
|----------------------------|-----|

Do Padre Antonio Carmelo:

| | |
|--------------------------|-----|
| Traços de luta | 4\$ |
|--------------------------|-----|

De Vilhena de Moraes:

| | |
|----------------------------------|-----|
| Pela Cartilha de Comte | 1\$ |
|----------------------------------|-----|

De Mario de Vilhena:

| | |
|---|-----|
| Da Continencia e seu factor eugenico. | 3\$ |
|---|-----|

De Francisco Karam:

| | |
|------------------------------|-----|
| «Marina» (poemeto) | 3\$ |
|------------------------------|-----|

De Mario de Alencar:

| | |
|---|-----|
| «O que tinha de-ser» (novella). | 4\$ |
|---|-----|

De Ranulpho Prata:

| | |
|--------------------------|-----|
| Dentro da vida | 3\$ |
|--------------------------|-----|

De Auto de Souza:

| | |
|-----------------|-----|
| Horto | 5\$ |
|-----------------|-----|

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Banco Popular do Brasil

INSTITUIÇÃO CATHOLICA DE CREDITO, FUNDADA em 1915

End. Teleg. «BANSIL» RUA SACHET, 28 Teleph. Norte 570

Emprestimos populares

DEPOSITOS:

CONTA DE MOVIMENTO

Até 30 dias, sem juros;

Mais de 30 dias até 10:000\$000, retirada livre 4 %

DEPOSITOS POPULARES

Até 20:000\$000, retirada de 1:000\$000 por dia 5 %

Qualquer quantia, retirada de 500\$000 por dia 6 %

PRAZO FIXO

Até 50:000\$000, em caderneta ou letra de:

6 a 11 Mezes. 7 %

12 » 24 » 8 %

24 Mezes em diante. 9 %

Nenhum depositario poderá movimentar mais de uma caderneta de 4 %.

A DIRECTORIA:

Felix Mascarenhas,
Presidente

Dr. Bianor de Medeiros,
Gerente

Carlos V. Ferreira da Costa

Banco do Districto Federal

Sob a protecção de B. Theresinha
do Menino Jesus

Rua Buenos Ayres, 21 — Caixa Postal, 900

Presidente: DR. PLACIDO DE MELLO

Federação das "Caixas Raiffeisen"

Paga os melhores juros aos depositos

Banco Sul Americano

End. Telegr.: "BANSULANO" — Teleph. Norte 2973 — Codigo RIBEIRO

Descontos e redescontos de letras e effeitos commerciaes, empréstimos populares, administração de bens de raiz, recebimento de juros e dividendos, etc.

Depositos de dinheiro em conta corrente ou a praso aos melhores juros.

Directores: Dr. Theodoro Machado, Presidente; Dr. Martins Castilho, Gerente; Dr. Luiz Simões, Consultor Juridico.

54, Rua do Ouvidor, 54

RIO DE JANEIRO

Livros novos

Acabam de sahir mais dois livros editados pelo CENTRO D. VITAL, da autoria de Jackson de Figueiredo. O primeiro delles é um estudo sobre Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora no Brasil. O segundo é de critica á situação politica contemporanea, feita, dia a dia, do ponto de vista da doutrina catholica e intitula-se

A Columna de Fogo